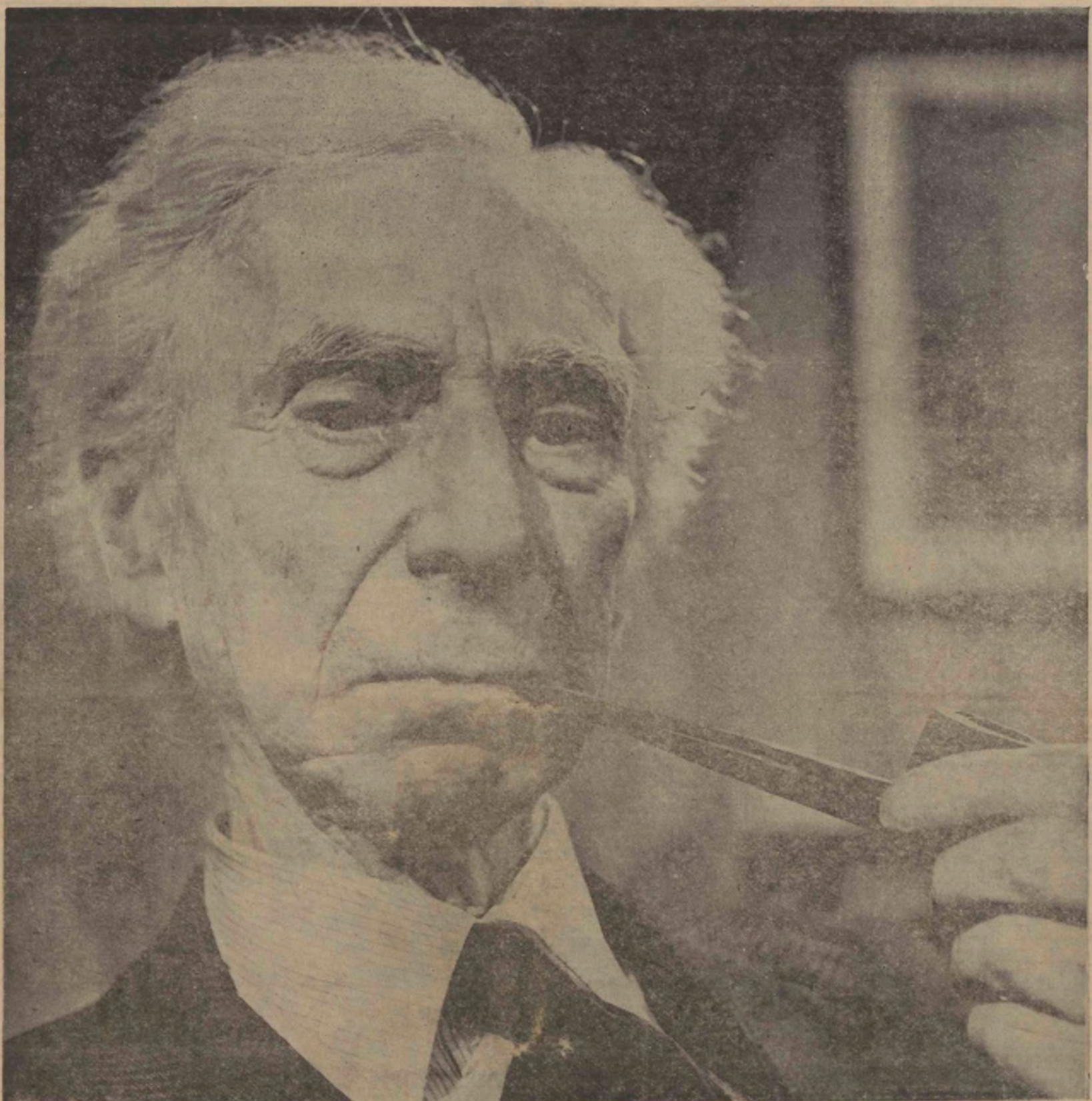




# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VIII — N.º 68 — S. PAULO, JANEIRO DE 1963 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

## BERTRAND RUSSELL: ANISTIA PARA PORTUGAL!



"O abominável regime de Salazar só consegue sobreviver graças ao ativo apoio político, econômico e militar que lhe prestam a Inglaterra, os Estados Unidos, a França e a Alemanha Ocidental. Não protestamos apenas contra o decrépito regime de Salazar. Nós somos pessoalmente responsáveis por tudo isso, uma vez que os nossos governos são parte essencial daquele mecanismo de assassinio e sofrimento (...) Enquanto tivermos forças devemos gritar bem alto o nosso protesto: Anistia para o Povo de Portugal! Liberdade para aqueles que são o refém político dos seus cruéis governantes".

(Da mensagem de Lord Bertrand Russel à Conferência da Anistia, realizada em Paris, em 15 e 16 de Dezembro)

# Ao Povo Português

# O terror policial

Circula clandestinamente em Portugal a seguinte mensagem de Ano Novo dirigida pelo Gen. Humberto Delgado ao Povo Português:

Faz em 30 de Dezembro precisamente um ano que, através da fronteira de Ficalho, entrei em Portugal, com passaporte falsificado sem que a PIDE me reconhecesse.

O verbo não oferece suficiente vibração ou magia para representar a mescla de sentimentos que me possuiu nesse momento, quando eu supunha ir de vez libertarvos da escravidão em que viveis — sem terdes o direito de pensar, de reunir-vos, menos ainda de escolher os vossos governantes.

Entretanto, por inércia, envelhecimento de métodos, entorpecimento da ação e demasiada permanência das pessoas para as quais o mandar constitui o único amor da vida, a nacionalidade vai-se desfazendo no ódio contra o despotismo, e os cérebros anquilosam-se por fôrça da brutalidade da polícia e ignominia da censura. Consequentemente,

## Ex-asilados na Embaixada do Brasil presos pela PIDE

LISBOA (Do Correspondente) — A PIDE acaba de realizar a prisão de mais duas pessoas que haviam abandonado há tempos, a Embaixada do Brasil nesta Capital, sob promessa formal de que não seriam incomodadas por nada haver contra elas. Trata-se do intelectual Alfredo Margarido, ensaísta e crítico, e de sua mulher, Maria Manuela Margarido, poetisa. Ambos foram detidos quando já dispunham de passaporte visado e se preparavam para sair de Portugal. Encontram-se incomunicáveis.

mente, gerações sucessivas deformam a inteligência e capacidade criadora sem que os governantes se preocupem com o futuro da Pátria.

Pelo Ultramar, em vez de copiar-se o exemplo de países mais fortes e liberais que souberam criar amizade com os povos dominados, lançou-se uma geração para a carnificina — de prever por qualquer espírito que auscultasse o progresso do Mundo.

Pela Metrópole, o ditador não cedeu uma polegada nos métodos que trouxe para o governo há uma trintena de anos.

Como se o Globo houvesse parado, os jornais continuam mantendo o conhecido, ridículo, insipido, anódino noticiário interno. Até parece que aos milhões de escravos só interessa o que se passa na terra dos outros.

A política — "o teatro do pobre" — é vedado ao português. Constitue matéria que o presidente do Conselho de Ministros resolveu absorver e condensar nele. A minha geração, que em 1926 tinha apenas 20 anos de idade, não pode conhecer, durante os 36 seguintes, outro sistema senão o imposto pelo homem misantropo, misógeno, obsoleto, que tanta esperança trouxe ao País, em 1928, mas se deixou arrastar pela histórica lei do poder absoluto prolongado.

O generalato, cômoda e miseravelmente mantem-se inerte! mas felizmente, a juventude militar e a juventude civil oposicionista estão decididas a dar em breve a heróica arrancada que destrua a negra sombra da escravidão para implantar o brilhante Sol da Liberdade.

Até breve, compatriotas!

Tende fé, e usai coragem, e exsultai bravura na próxima Sublevação Nacional!

Repito: até breve, compatriotas!

General HUBERTO DELGADO

## « A Resistência em Portugal »

MAX

O livro de Amílcar Gomes Duarte "A Resistência em Portugal", acaba de chegar-me às mãos. Na minha opinião é um excelente documento sobre a ditadura portuguesa. E sem me investir da autoridade do crítico mas apenas como a que me dá a circunstância de ter sido, também, um dos anônimos resistentes clandestinos e hóspedes por longos anos das masmoras salazaristas, descritas tão vivamente pelo autor, é que me decido a formular alguns ligeiros comentários ao redor do livro em questão.

A obra é útil e oportuna. Vejo precisamente no momento em que se levanta no mundo um clamor unânime contra a repressão fascista que, em Portugal, vai semeando dia a dia, o pranto e a morte. Quando em Paris se reúnem importantes delegações de vários países da Europa Ocidental, com adesões fraternais do resto do mundo, para exigir, para reclamar, do governo de Salazar, a liberdade dos presos políticos e o retorno dos exilados.

Porém, estamos certos, nenhuma acusação, requisitório ou protesto, apresentados nessa magna assembléa de Paris terão a força dramática e a autenticidade documental que emana generosamente deste singelo documento elaborado sem estridências e com visível humildade — "A Resistência em Portugal". É singular este livro precisamente pela falta da estridência, pela sua sobriedade tanto na textura literária e acumulada e seleção dos dados como na maneira de os utilizar e ordenar, da qual surge, como por arte de magia, a denúncia implícita, indireta e espontânea. A sua força acusatória reside portanto não na soma quantitativa dos abusos, na acritude da diatribe ou da blasfêmia, na estridência do erro mas na rebuscada, serena e viva exposição da verdade. É que é tão cruel tão náutica a visão obsessiva e repressiva que vive Portugal debaixo da ditadura de Salazar, que carregar as tintas da obra, são a artificial, tendencioso e propagandístico. Este livro não é um panfleto antissalazarista: é um documento históri-

co. E um documento histórico escrito dentro das exigências do objetivismo dialético que não necessita estirar e magnificar os fatos para encontrá-los a fibra emocional e dramática que contém.

Num estilo simples e direto, sem desbordes verbais nem sensacionalismo ribombante A. G. Duarte, soube apresentar-nos um libelo vibrante, profundo e autêntico da realidade portuguesa contemporânea, difícil de igualar sobretudo pela forma singular e peculiar em que o fez. Em sucessivas estampas de tons firmes, por vezes duros, valnos pintando todo um vasto panorama multiforme, sensível e desgarrador como visto através duma sequência fílmica de Beuvel ou dum enorme mural de Siqueiros. Quando necessário, vai suavizando ou remarcando as linhas e as cores com a fidelidade e a dedicação do naturalista, tal como se nos reconstituía, à sua maneira, as cenas singelas e verídicas dum Gorky, na "Mãe".

Cada capítulo, é um retrato fiel da tragédia vivida pela nação portuguesa durante estes 36 anos de terror fascista. Um quadro completo! Autêntico nos seus elementos objetivos e no seu desdobramento anímico, pois A. G. Duarte tem a virtude de imprimir ao relato um sabor humano permanente, nimbando todo o conjunto narrativo dum influxo passional e veemente que comove e exalta. Para o leitor pouco familiarizado com as coisas portuguesas, será um forte impacto que o arrastará inevitavelmente a uma definição condenatória; para aqueles estudiosos, portugueses ou não, que se interessam verdadeiramente pelo destino do povo português, um documento de invulgar importância e de consulta obrigada; para aqueles que duma maneira ou de outra, vivem os acontecimentos descritos, um caudal de emoções de distinta índole, conforme o grau de intensidade com que viveram os acontecimentos e a sua posterior evolução como militantes ou cidadãos.

Para nós, foi o reencontro com uma parte importante da nossa vida — o melhor da nossa vida!

LISBOA (Do Correspondente) — Nova vaga de repressão foi desencadeada pelo governo português nos primeiros dias de dezembro. Nada menos de 28 pessoas foram presas pela PIDE só na região de Aveiro. Entre os democratas detidos figuram quatro médicos, vários advogados e um jornalista. As rusgas e perseguições domiciliares vêm-se, aliás, multiplicando em todo o País. No Alentejo foram realizadas numerosas prisões em Beja, Vale de Figueiras e Plas A polícia e a Guarda Republicana patrulham ostensivamente as ruas em certas povoações — como o Couço e Aljustrel — revistam os transeuntes e penetram arbitrariamente nas residências particulares procedendo a buscas. O emprego de cães especialmente treinados é agora cada vez mais frequente. No Barreiro, em Espinho e na Covilhã também houve prisões. Por outro lado, em Lisboa foram detidos o economista Gilberto Lindim Ramos e o jornalista Mario Henriques.

### OS ESTUDANTES MANIFESTAM-SE

Centenas de estudantes manifestaram-se na Cidade Universitária de Lisboa, organizando um comício durante o qual foi exigida a libertação dos seus colegas, presos. Uma delegação dirigiu-se, depois, ao Ministério da Educação, a fim de pedir audiência ao titular da pasta. Segundo o correspondente do "Times", de Londres, o prof. Galvão Teles teria a intenção de "normalizar" a vida académica, anulando as punições impostas aos estudantes que se distinguiram nas greves de maio e junho.

## Panico em Moçambique

LOURENÇO MARQUES (Do Correspondente) — As autoridades portuguesas civis e militares, mostram-se verdadeiramente alarmadas com o agravamento da situação nesta colónia. Entre a população europeia desta Capital são comentadas nervosamente as notícias chegadas do Norte onde a repressão desencadeada pela PIDE e pelo Exército atinge tais proporções que se recebe uma sublevação geral das populações atingidas. Em Porto Amélia, os africanos recusam-se em numero crescente a trabalhar e fogem para as matas vizinhas onde são caçados como animais. Na região de Vila Cabral algumas dezenas de trabalhadores locais foram apanhados quando tentavam atravessar a fronteira da Niassalândia. Amontoados em aviões militares, foram lançados ao mar... Por outro lado, a Força Aérea voltou a bombardear aldeias onde havia sido assinalada a presença de milícias armadas.

Entre a tropa o ambiente é de descontentamento. Muitos soldados têm desertado para o Tanganika, atravessando, de noite, o Rovuma.

Em face da deterioração progressiva da situação, as autoridades mostram-se desorientadas inclinando-se ora para as soluções mais violentas ora para uma política de captação de simpatias. O governador do Distrito de Manica e Sofala, comandante Lopes Praça, acaba, por exemplo, de ser demitido, por se haver incompatibilizado com os meios intelectuais da cidade da Beira, na sequência de um Colóquio promovido pelo Centro de Cultura e Arte e pelo Cine Clube local.

Por outro lado, foi aqui recebida com o maior desgosto a notícia de que o governo português assinou um contrato para a concessão e exploração de um grande oleoduto que ligará a Beira à Rodésia. A iniciativa em nada beneficiará Moçambique, pois os combustíveis serão refinados em instalações a montar na Rodésia, junto da fronteira. A economia moçambicana deverá suportar as consequências da brusca diminuição do movimento no caminho de ferro que liga a Beira às Rodésias. O governo de Lisboa recebeu, entretanto, avultada compensação financeira.

### O MOVIMENTO CAMPONÉS

A luta dos trabalhadores agrícolas continua a intensificar-se em todo o Sul do País. Em Montemor o Novo, cerca de 150 camponeses sem terra reuniram-se junto da Casa do Povo reclamando trabalho. Entretanto, como as propostas recebidas impunham o horário de 9 horas, todos os presentes se recusaram a aceitá-las. Dias depois, houve nova concentração e quando um empregado estava disposto a fechar acordo, aceitando a jornada de 8 horas, interveio a GNR que dispersou violentamente os trabalhadores.

### A RESISTENCIA DOS OPERARIOS

No setor operário a luta contra a prepotencia fascista vem-se também intensificando, assumindo as mais diversas formas. Recentemente, mais de 30 operários da CP, em Campolide, recusaram-se a fazer horas extraordinárias como protesto por estas não lhes serem pagas de acordo com o estipulado pelo Acordo Coletivo do Trabalho Na Sorefame, onde fora prometido e depois negado um aumento geral, os operários passaram ao "trabalho lento" durante alguns dias, chegando a paralisar certas secções. A gerência, alarmada, viu-se forçada a anunciar que cumpriria os seus compromissos ante

riores, embora procure, agora, escalonar o aumento por vários meses.

Um dos setores em que, ultimamente, vem alastrando o desemprego é o dos lanifícios. Na Covilhã fecharam já duas fabricas e em Tortozendo já principiaram os despedimentos. Os operários despedidos conseguiram, entretanto, mercê da solidariedade dos seus companheiros que lhes fossem pagas as indenizações a que tinham direito.

Em Lisboa, a importante firma francesa M. Carp fechou inesperadamente a sua fábrica de lanifícios para realizar um vantajoso negócio com o terreno. Aos 300 operários — alguns com 35 anos de casa! — foi oferecida uma indenização de 16 dias. Após um choque com a Polícia, durante o qual os operários chegaram a ocupar a fábrica, recusando-se a sair, foi organizada uma concentração de protesto à porta do Ministério das Corporações.

Nas Minas de Panasqueira, no Norte, foram ultimamente despedidos 600 trabalhadores, muitos dos quais com mais de 20 anos de casa. A concessionária é a firma inglesa "Beralt & Wolfram Ltd" que se mostra desinteressada das suas operações em Portugal devido à queda dos preços do volfrâmio...

### DIRIGENTE OPERARIO CONDENADO A DEZ ANOS DE PRISAO

Após um ano de torturas e espancamentos, que não conseguiram aniquilar-lhe a coragem e a dignidade, foi "fulgado" recentemente pelo Tribunal Plenário de Lisboa o dirigente operário Joaquim Pires Jorge (Gomes), membro do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português.

Pires Jorge, com uma vida intelectual dedicada ao povo português e à luta pela sua libertação, foi con-

## « Portugal Democrático »

De todos os pontos do Brasil, de numerosos países da America, da Europa, da Asia, e até mesmo de Portugal, através das malhas da censura salazarista, PORTUGAL DEMOCRATICO recebeu, durante a quadra festiva, palavras de estímulo e votos para que se mantenha com a mesma firmeza na vanguarda da luta unitária da emigração pela derrubada do fascismo. A todos esses leitores, assinantes e amigos que nos honram, lembrando-se de nós no limiar de 1963, testemunhamos aqui o nosso reconhecimento. Precisamente porque PORTUGAL DEMOCRATICO é um jornal de combate, exclusivamente ao serviço da causa da libertação do povo português, fazemos questão de colocar sempre as realidades dessa luta acima de um sentimentalismo convencional e de todo e qualquer formalismo. Assim, não estranhem os nossos leitores que no próprio momento em que vimos agradecer-lhes a sua identificação com a linha que defendemos, nos sintamos no dever de chamar a sua atenção para a necessidade de traduzirem o seu apoio numa eficiente ajuda material. PORTUGAL DEMOCRATICO terá de aumentar substancialmente a sua receita para poder fazer face ao considerável aumento de despesas resultante da elevação do custo do papel, da composição e impressão e ainda da constante expansão do serviço de remessa aérea de exemplares para dezenas de países. Ora, não temos outra fonte de receita que não seja a dos amigos e assinantes. E nesse sentido que a todos pedimos para nos devolverem devidamente preenchido o "cupon" que abaixo inserimos.



JOAQUIM PIRES JORGE

denado, por este "crime", a dez anos de prisão maior celular e a "medidas de segurança", por períodos prorrogáveis de seis meses a três anos. Pires Jorge que na altura da sua prisão, em novembro de 1961, contava mais de 17 anos de luta na mais feroz clandestinidade, encontra-se doente. Apela-mos para todos os patriotas no sentido de reclamarem junto do governo de Lisboa um tratamento humanitário para o valente dirigente da classe operária portuguesa — Joaquim Pires Jorge.

NOME .....

ENDEREÇO .....

CONTRIBUIÇÃO MENSAL de .....

PAÍS .....

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINARIA de .....

ASSINATURA ANUAL de .....

Lembramos aos nossos leitores que o numero avulso passará a custar Cr\$ 20,00, a assinatura anual para o Brasil — Cr\$ 600,00 a assinatura para o Exterior — Porte aéreo — US\$ 5,00. As remessas devem ser feitas em cheque em nome de PORTUGAL DEMOCRATICO — Rua Conselheiro Furtado, 191 — S/2 — Caixa Postal 4469 — S. PAULO.

## Novas e comentários

### O novo Governo

A extensão e importância do número de cargos ministeriais há pouco renovados pelo chefe do Governo Português tem suscitado os mais variados e contraditórios comentários nas colunas da imprensa internacional. Embora não se possa minimizar o significado das mudanças verificadas em outras pastas, torna-se evidente que Salazar pretendeu com a actual remodelação atenuar as dificuldades crescentes que o regime enfrenta em dois setores fundamentais: o do Ultramar e o da Educação. As soluções adaptadas refletem bem, pelo seu carácter contraditório, a completa ausência duma perspectiva sobre o futuro. No Ultramar, o velho ditador decidiu-se por uma concessão aos ULTRA, afastando o sr. Adriano Moreira cujas tímidas veleidades liberalizantes vinham incomodando os colonos partidários da política tradicional e as altas patentes de um Exército que se vangloria de haver dominado a rebelião angolana o que, aliás, é inexacto. Em Portugal, ao contrário, optou o sr. Oliveira Salazar por uma solução inversa. Alarmado com a profundidade do movimento estudantil e receando que a tensão nas Universidades venha a evoluir no sentido de novas greves fez uma viragem surpreendente. O medo levou-o a sacrificar o prof. Lopes de Almeida, partidário da "linha dura" e responsável pelas punições impostas recentemente aos estudantes, chamou para o Ministério da Educação o prof. Galvão Teles que, em maio e junho, manifestara o seu desacordo em relação à política repressiva nas Universidades demitindo-se do cargo de diretor da Faculdade de Direito de Lisboa. Apaziguando os ânimos nas suas próprias hostes Salazar procura ganhar tempo, prolongando a sobrevivência do regime.

### Salazar a OTAN e os EUA

A última resolução importante aprovada pela XVII Assembleia Geral das Nações Unidas, antes de dar por encerrados os trabalhos da sua primeira sessão, foi a condenação frontal do colonialismo português. Aprovado por 57 votos contra 14 e 18 abstenções, o documento constitui, nos seus nove itens, um verdadeiro libelo contra a guerra movida pelo fascismo português ao povo de Angola. É particularmente significativo que nenhum dos países membros da OTAN tenha votado a favor da resolução. Nove — incluindo os Estados Unidos, a Inglaterra e a França — opuseram-se ao projeto, alinhando com a ditadura portuguesa, e quatro abstiveram-se.

A grande imprensa internacional, analisando o significado da votação, salienta que foi, sobretudo, sob pressão dos Estados Unidos que os países europeus e os domínios "brancos" da Commonwealth mudaram de posição, impedindo que fosse alcançada a maioria de dois terços, indispensável à aplicação das sanções e das demais medidas preconizadas na resolução. Foi a ansiedade pela renovação do acordo sobre "a base dos Açores" que levou a diplomacia norte-americana, preocupada com as necessidades da nova estratégia Kenediana, a rever drasticamente a sua posição, demonstrando aos Afro-asiáticos que o princípio da autodeterminação dos povos colonizados vale para Washington menos do que uma base militar considerada importante pelo Pentágono.

O semanário britânico "New Statesman", resumindo o pensamento predominante no seio da imprensa independente, chama a atenção para o fato de Salazar preferir "o

endosso público da sua política angolana pelos Estados Unidos à realização de um negócio rëndoso". É bastante sintomático que poucos dias após a votação na ONU, o ministro dos Estrangeiros de Portugal e o secretário de Estado Dean Rusk tenham conferenciado em Paris, discutindo a renovação das "facilidades" concedidas aos Estados Unidos nos Açores. O encontro foi classificado de "auspicioso" por um porta-voz da delegação americana à reunião do Pacto do Atlântico, a qual se realizou simultaneamente na capital francesa.

### Mais de uma incorporação por ano

A lei de incorporação militar existente em Portugal só prevê uma incorporação anual de recrutas. Este ritmo não satisfaz, porém, as necessidades militares atuais do país, cuja população metropolitana não atinge a dez milhões e que mantém nas colónias de Angola, Moçambique e Guiné efetivos avaliados em mais de 92.000 soldados e oficiais. Por essa razão, a lei de recrutamento será proximamente substituída por outra, no sentido de permitirem-se várias incorporações anuais. Como o novo diploma está a ser preparado pelo próprio governo, que é o órgão legislador, e não precisará, para ser promulgado, da sanção da Assembleia Nacional, tem-se como "minente a sua entrada em vigor. De acordo com a nova lei obter-se-á um "recrutamento escalonado", que, na prática levará à imediata incorporação militar dos jovens que hajam alcançado a respectiva idade, por forma a que, no primeiro ano de vigência da lei, a incorporação militar seja aproximadamente dupla da do ano anterior. Esta medida mostra o propósito do Governo Português de, nos próximos 12 meses, proceder ao reforço maciço das suas tropas coloniais.

### Uma carta de M. Padua

Mário Moutinho de Pádua, ex-alferes do Exército Colonialista Português e hoje asilado na República do Congo (Leopoldville) dirigiu recentemente uma carta aos seus antigos companheiros de fardada. PORTUGAL DEMOCRATICO, que já ultimou os entendimentos para a publicação no Brasil do emocionante Diário de Guerra de Moutinho de Pádua, em lançamento de uma das maiores editoras do País, chama a atenção dos seus leitores para a importância deste novo depoimento de um homem que, pela coragem e dignidade das suas atitudes, se soube impor ao respeito de todos os verdadeiros patriotas.

O documento é do seguinte teor: "Quando vos escrevo esta carta penso em todos aqueles jovens portugueses, alguns médicos como nós, que partiram comigo para Angola. Lembro-me de como eles a pouco e pouco se transformaram, postos ante dolorosos problemas para os quais não estavam preparados. Toda essa mocidade sã, normal à partida, foi moralmente enlameada, — talvez para sempre, — sacrificada por uma causa fútil, injusta, de objetivos há muito ultrapassados.

Que dizer da sensação de burla que todos sentimos, mesmo os mais ferozes salazaristas, quando à chegada deparamos com a realidade, tão diferente da propaganda pelos nossos jornais e rádio: — a multidão de colonos enlouquecida, inteiramente desenfreada na sua raiva assassina; todos esses replentidos seres humanos que descreviam, cheios de vaidade, inacreditáveis torturas e chacinas sobre os africanos?

São estes os homens que viemos defender, que confessam descar-

### Novo Comitê Diretor do MPLA

Reunida em Leopoldville nos dias 1.º, 2 e 3 de Dezembro, a I Conferência Nacional do Movimento Popular de Libertação de Angola elegeu novo Comitê Diretor que ficou assim constituído: Presidente: Dr. Agostinho Neto; 1.º Vice-Presidente: Matias Miguéis; 2.º Vice-Presidente: Rev. Domingos da Silva; Chefes de Departamento: Guerra, Manuel Lima; Negócios Estrangeiros: Mário de Andrade; Organização e Quadros: Lúcio Lira; Informação: Aníbal de Melo; Assuntos Sociais: Deolinda Rodrigues; Finanças e Economia: Desidério da Graça; Segurança, Henrique Carreira. O Rev. Joaquim Pinto de Andrade, preso no Forte de Caxias, em Portugal, foi eleito Presidente de Honra do Movimento. Reafirmando que não confunde o povo português com os colonialistas portugueses, o MPLA aplaude a Oposição Democrática favorável à autodeterminação do povo de Angola e declara encorajar também a ação dos grupos políticos dirigidos por portugueses progressistas nascidos em Angola e que se esforçam por neutralizar o apoio concedido pelos colonos ultra às forças de repressão.

### Reaberto o Tarrafal!

LISBOA (Do Correspondente) — O famigerado campo de concentração do Tarrafal, em C. Verde, está prestes a ser oficialmente reaberto. Estão ali sendo realizadas, em regime de urgência, importantes trabalhos que incluem a construção de novos barracões. A PIDE ainda não enviou para o terrível campo da morte nenhum preso político português mas avolumam-se as notícias de que um primeiro grupo de patriotas encarcerados na fortaleza de Peniche seguiria brevemente para ali. É sintomático que, embora oficialmente se negue a reabertura do campo, já se encontrem no local numerosos nacionalistas guineenses e angolanos.

## Aos Patriotas Portugueses

Depois de um período em que, graças aos milhões de escudos esbanjados pelo SNI, os salazaristas conseguiram ludibriar boa parte da opinião pública internacional, fazendo-lhe crer que Portugal se identificava com o ditador, o mundo foi-se apercebendo da trágica realidade em que vive o povo português a ponto de podermos afirmar, hoje, o completo isolamento e a total desmoralização do regime de Salazar. No caso particular do Brasil — deste Brasil que se está perdendo para nós, portugueses, por culpa duma desastrosa política do governo de Lisboa — não restam dúvidas quanto à progressiva elucidação de uma opinião pública que já distingue com clareza entre Portugal e Salazar — o primeiro constituído por uma nação admirável e o segundo apresentando-se como símbolo duma ditadura odiosa.

Mas o dever ordena para bem das futuras relações entre Portugal e Brasil que não descansemos antes de vermos totalmente divorciado o nome da Pátria do nome de um velho ditador. Foi nesse sentido que procuramos aproveitar o lançamento duma nova e importante editora de São Paulo para divulgar perante a opinião pública brasileira o maior número possível de documentos, os quais, engrandecendo Portugal, dessem ao Salazarismo a sua cór exáta.

#### "SALAZAR VISTO DO BRASIL"

Principiámos com uma seleção do que foi escrito no Brasil, durante os últimos anos, contra o ditador. O livro intitula-se "SALAZAR VISTO DO BRASIL". Intelectuais brasileiros como Rachel de Queiroz, Fernando Sabino, Otávio Malta, Gustavo Corção etc... testemunham sobre Salazar ao lado de figuras portuguesas como as dos professores Casais Monteiro, Jorge de Sena, Vitor Ramos, comandante Sarmiento Pimentel, etc...

#### "A RESISTENCIA EM PORTUGAL"

Em seguida publicamos "A RESISTENCIA EM PORTUGAL", emocionante relato das principais batalhas dos operários e dos camponeses portugueses travadas contra a polícia de Salazar. Através de "A Resistencia em Portugal" o leitor fica inteirado do que é a salvaguarda dos policiais e dos "guardas-republicanos" de Salazar ao mesmo tempo que lhe é dado a conhecer o grau de impiedade atingido pelos regimes prisionais da ditadura. O autor é um guia célebre do operariado português: Amílcar Gomes Duarte.

#### "A VERDADE E O MITO DO SALAZARISMO"

Lançamos ultimamente um outro livro sobre Portugal. Trata-se de "A VERDADE E O MITO DO SALAZARISMO" e é da autoria do padre José Narino de Campos. Escrito por um eminente sacerdote católico (até há bem poucos anos o padre Narino de Campos era um adepto de Salazar) este livro é um documento de maior importância e vem completar a já famosa carta do Bispo do Porto. Em "A verdade e o mito do Salazarismo", o leitor encontra o ponto de vista de um sacerdote católico de grande cultura sobre os mais graves problemas da Pátria, desde a cruel guerra de Angola até ao regime do Ensino em Portugal.

Parece-nos que estes três livros — apresentados com um luxuoso aspecto gráfico — não devem faltar em casa de nenhum português que não tenha esquecido a Pátria ou que não se tenha deixado cegar pela propaganda sa-

lazarista. O produto da respectiva venda é destinado à ajuda a várias iniciativas em prol da Pátria portuguesa.

Victor da Cunha Rêgo  
João M. Tito de Moraes

—oOo—

Todas estas edições encontram-se distribuídas em todo o Brasil pelo que estão à venda nas melhores livrarias. No entanto, como a EDITORA FELMAN-REGO mantém um serviço de REEMBOLSO POSTAL, podem ser adquiridas também por seu intermédio. Os preços por capa são os seguintes:

- 1) Salazar visto do Brasil  
Cr\$ 450,00
- 2) A Resistencia em Portugal  
Cr\$ 400,00
- 3) A verdade e o mito do Salazarismo  
Cr\$ 580,00.

Os pedidos por reembolso postal, estão sujeitos aos seguintes descontos:

- 10% sobre o preço de cada obra
- 30% sobre o conjunto das 3 obras.

EDITORA FELMAN REGO —  
Av. da Liberdade, n.º 626 — 1.º —  
Ap. 3 — São Paulo (3).

#### "ANGOLA ATRAVES DOS TEXTOS"

Como direito temporário o sistema colonial entrou na desgregação total. O nacionalismo africano não aceita hoje as premissas em que os colonizadores baseavam a sua argumentação jurídica, até há bem poucos anos. Os africanos que lutam pela independência de Angola não fogem a essa regra.

Angola! Angola, enorme superfície de mais de um milhão e duzentos mil quilómetros quadrados onde a língua oficial é o português. Poderá o Brasil desentressar-se pela sorte de Angola?

José Honório Rodrigues escreveu em "Brasil e Africa": "Se laços afetivos nos ligam a Portugal, ligam-nos também e muito ao sangue angolano, ao africano de Angola, como tentamos mostrar neste estudo. Para nós a Africa libertada pode ser nossa aliada, e enquanto esteve realmente nas mãos europeias, especialmente depois de 1870, só foi nossa concorrente".

Os laços sentimentais que unem o Brasil a Portugal têm fazeado a análise do problema. Aliando-se aos nacionalistas angolanos, os brasileiros não iriam ferir os sentimentos do povo português, já que, embora muitos portugueses o ignorem, Angola está hoje quase totalmente entregue a capitais norte-americanas, alemãs, francesas, belgas, etc.

Foi isso que entendeu a Editora Felman-Rêgo ao editar o livro "Angola através dos textos", vasta compilação de documentos sobre a guerra de Angola, onde se encontram expostas as opiniões dos democratas portugueses, dos nacionalistas angolanos e de vários escritores e jornalistas internacionais.

"Angola através dos textos" é apresentada pelo jornalista português Victor da Cunha Rêgo e por João M. Tito de Moraes. A capa é de Fernando Lemos. O seu preço é de Cr\$ 600,00 — Pedidos pelo reembolso postal à Editora Felman-Rêgo — Av. da Liberdade, 626 — 1.º — Ap. 3 — São Paulo (3).

EM PARIS

# Os povos da Europa Ocidental reclamam Anistia para Portugal

A Conferencia dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses pertence já ao passado. Como acontecimento histórico, como marco importantíssimo da luta pela democratização de Portugal. No momento em que "Maitre" Supervielle declarou aberto o conclave, os objetivos deste já haviam sido em grande parte atingidos pela intensidade e pela duração da campanha de denuncia internacional das arbitrariedades salazaristas. Mas o que se passou no Palais de la Défense, nos dias 15 e 16 de dezembro, veio confirmar da maneira mais expressiva que o problema português — e muito especialmente a política de terror policial do fascismo de Salazar — constitui hoje uma preocupação permanente da consciência democratica do Ocidente Europeu. Os discursos pronunciados, as resoluções e apelos aprovados e, sobre-

tudo, o numero e a representatividade das personalidades presentes valem para todas as vitimas do regime português por uma garantia de que a Campanha pela Anistia ganhou novas dimensões e mais amplas perspectivas, evoluindo para uma forma superior de solidariedade. Do plano do Direito e dos sentimentos humanitários ela passa para o da solidariedade politica e material.

Nem os proprios esbirros do fascismo ousam já negar que a luta pela libertação do povo português assume proporções mundiais. E', aliás, grato para nós verificar que para o exito ora alcançado em Paris, a emigração politica portuguesa contribuiu de modo apreciável, desempenhando corretamente o papel que lhe incumbia, dentro do espirito unitário que se vem reforçando dia a dia.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

PARIS (Do correspondente) — A Conferencia dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, cujo trabalho preparatório foi assinalado por importantes vitórias no sentido da denuncia internacional dos crimes do fascismo português, constituiu, como se esperava um acontecimento politico do maior significado. As quatro sessões do conclave, realizadas nos dias 15 e 16 de Dezembro, no Palais de la Défense, foram respectivamente presididas pelos srs.: dr. Supervielle, um dos mais eminentes advogados da França; sir Leslie Plumer, membro da Camara dos Comuns; dr. Li Causi, vice-presidente da Camara dos Deputados da Italia; dr. Slusny, advogado belga; e Henena Bena, deputada grega.

Mais de 300 pessoas presenciaram os trabalhos, predominando entre a assistencia juristas, elementos ligados à vida sindical, políticos, intelectuais, artistas e estudantes. Nos comentários e no noticiário dedicados à Conferencia, a imprensa francesa salientou de modo especial a atmosfera de perfeita e comovedora unanimidade que reinou na ampla sala, de inicio a fim do conclave. Não obstante a diversidade de nacionalidades, formações e credos politicos dos presentes, essa magnifica unidade estabelecida em torno de uma causa comum não foi desmentida um só instante, nem mesmo durante os mais animados debates travados na assembleia. O Salão da Conferencia encontrava-se ornamentado com "gouvaches" especialmente criados pelo pintor Pignon.

Por aclamação, o plenário aprovou três documentos principais: uma mensagem aos presos politicos portugueses, um apelo à opinião publica mundial e uma resolução dos Comitês Nacionais. Em nome do Secretariado Internacional, o dr. Lo Pane, advogado de Roma, apresentou o relatório de abertura. O dr. Wolters, de Bruxelas, falou sobre certos aspectos jurídicos da repressão politica em Portugal, salientando a ausência de fundamento legal da repressão, o desenvolvimento arbitrário dos processos, a falta de condições dadas à defesa, o sistema de torturas particularmente a tortura da "estátua"; a anomalia jurídica das "medidas de segurança" que permitem manter indefinidamente os condenados na prisão depois de terem cumprido as penas. A deputada inglesa Judith Hart ocupou-se da situação dos presos politicos e das suas familias, e fê-lo

com tanto realismo e emoção que o plenário ficou profundamente impressionado com o seu dramático relato.

Cerca de cinquenta intervenções marcaram os dois dias de trabalhos. Entre outras participaram dos debates as seguintes personalidades: Jean Domenach, diretor da revista católica "Esprit"; Pavitt, deputado inglês; Lannes, pela Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos; D' Angelis, escritor italiano; J. C. Roure, presidente da União Nacional dos Estudantes da França (UNEF); Germaine Guille, pela Federação Sindical Mundial; Marcel Caille, pela Confederação Geral do Trabalho; o poeta espanhol Marcos Ana; o pastor britânico Blakeborough; Joe Nordman, pela Federação Internacional dos Juristas Democraticos; Neville Vincent, do Comité Internacional Amnesty; Sferazza, jornalista democrata-cristão italiano; Mechinni, jornalista comunista italiano; Flores, pela Ação Republicana Democratica Espanhola.

Em nome dos observadores portugueses, usou da palavra a escritora Maria Lamas que foi saudada com uma das maiores ovações que assinalaram o inesquecível acontecimento, sendo, em seguida, convidada a fazer parte da mesa da Presidência.

Na qualidade de presidente do Conselho Geral do Departamento do Sena, em cuja jurisdição se encontra o Palais de la Défense, falou o sr. Georges Dardel, membro do Bureau Político do Partido Socialista Francês (SFIC). O orador, depois de dizer da satisfação com que se associava aos objetivos da Conferencia, como autoridade de uma aglomeração que sempre se rebelara contra a tirania, manifestou a sua certeza em que o conclave contribuiria para tornar mais evidente aos olhos da opinião publica mundial "a trágica situação dos melhores filhos de Portugal, cujo unico crime consiste em quererem defender as suas condições de vida e trabalho e em permanecerem fieis a um ideal alicerçado nos mais altos valores morais da Humanidade".

Entre as personalidades que acompanharam os trabalhos, viam-se o representante da Federação da Educação Nacional da França, Astre; o secretário da Confederação Geral do Trabalho da Italia, Lettieri; o vice-presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores Cristãos da França, Esperet; o responsável sindical de Force Ouvrière, Rino; o deputado francês Bal-

langer; e numerosos representantes das Trade Unions da Grã-Bretanha. M. Daniel Vidal, secretário do Comité Internacional fez o discurso de encerramento agradecendo a todos os participantes.

MENSAGENS RECEBIDAS

Dezenas de grandes nomes da politica, das letras, das Ciencias e das artes de todo o mundo enviaram expressivas mensagens à Conferencia. Destacamos entre outras as que foram expedidas por Lord Bertrand Russel, filosofo e pacifista inglês, Vincent Auriol, ex-presidente da Republica da França; La Pira, prefeito de Florença; Cassinis, prefeito de Milão; Prieto, presidente do Senado da Venezuela; Alberto Moravia, escritor; Pietro Nenni, presidente do Partido Socialista Italiano; Joseph Kessel, escritor e membro da Academia Francesa; Ilya Ehrenburg, escritor; Peretti, deputado e prefeito de Neuilly sur Seine; Lelio Basso, do Partido Socialista Italiano; Palmiro Togliatti, secretario geral do Partido Comunista Italiano; Vittorio de Sicca, cineasta; Felix Guoin antigo presidente do Conselho de Ministros da França; general Herrera, em nome do Governo da Republica Espanhola no exilio; Etienne Restat, senador, pelo departamento de Lot e Garonne; Jeanne Lee, deputada inglesa; Henry Moore, escultor; Francine Lefebvre, antiga deputada MRP; M. Nicole Dreyfus, Claude Roy, Klara Fasshinder (professora na Alemanha Ocidental), Eduardo Ortega y Gasset, do Comité "Libertad para España" (Venezuela); Sonia Branting (Estocolmo), pastor Pierre Ducros, M. Berges, inspetor do Ensino de Espanhol em França; Charles Tillon, antigo deputado. Madame Ives Farge, M. Marques Saint-Saens, M. Carl Bonnevie magistrado de Oslo, M. Henry Torres, M. Adolph Graedel, secretário da Federação Internacional de Metalúrgicos; Josef Weber, publicista ocidental-alemão; M. Albert Detraz, da Federação da Construção Civil; M. Albert Diligent, antigo deputado do MRP; Lord Boyd Orr, várias uniões e departamentos sindicais ingleses, etc. etc.

Enviaram tambem mensagens a Camara Municipal de Caracas, o prefeito de Helsinqui, a Frente Unida Angolana (FUA); a Confederação dos Trabalhadores do Chile, a Associação dos Baptistas do País de Gales, o Partido Socialista da Holanda, a C.G.T., a C.F.T.C., a FEN, o S.N.F., a Con-

federação dos Trabalhadores da Venezuela, o Comité Central dos Sindicatos Soviéticos, o Comité Central dos Sindicatos Búlgaros, as Mulheres Húngaras, a Associação dos Refugiados e Perseguidos Gregos, a Associação Internacional dos Juristas Democraticos, a Comissão Internacional de Juristas, a União Socialista Espanhola, o Partido Trabalhista Holandês, o P.S.U. (França), a União dos Estudantes Venezuelanos, o Comité Irlandês de Anistia, a União dos Metalúrgicos Força Operária da região de Paris (André Bouche, secretário-geral), o Movimento das Juventudes Comunistas da França, a Liga Nacional Italiana de Cooperativas, o Movimento Democrático de Moçambique, os Estudantes e Juventude Chineses, a Juventude Soviética, o jornal "Politica" de Florença, as Mulheres Tchecas, o Comité Pró Anistia de Buenos Aires, o departamento australiano do movimento "Amnisty", os Sindicatos Búlgaros, a União dos Jornalistas Búlgaros, o Comité Internacional para a Cooperação dos Jornalistas, Primeira Organização Internacional de Jornalistas, a Associação Neerlandesa para a Paz, o Comité Italiano para a Paz, o Comité Americano para a Africa, a União Internacional de Estudantes, a Federação Mundial da Juventude Democrática e a União dos Estudantes Portugueses em França. Foram lidas da tribuna as mensagens enviadas pelo General Humberto Delgado e pelo prof. Ruy Luis Gomes, ex-candidatos à Presidência da Republica e pelo dr. Alvaro Cunhal, secretario geral do Partido Comunista Português. De numerosos países da Europa e da America chegaram tambem dezenas de mensagens da emigração politica. Algumas das mais comovesas chegaram de Portugal, sob a forma de algumas linhas escritas sobre folhas de papel de cigarros. Estão nesse caso as recebidas de presos encarcerados no Forte de Caxias, e nos presídios de Peniche e do Porto. A sala ouviu igualmente com emoção a leitura das mensagens remetidas pelos mineiros de Aljustrel, pelos operários da Cova Piedade, pela Junta de Ação Patriótica do Porto, por um grupo de engenheiros de Lisboa, pela Junta Central de Ação Patriótica, Jovens de Lisboa, Mineiros de São Pedro da Cova, Metalúrgicos do Arsenal do Alfeite, de 65 Camponeses do Couço, Pedreiros de Almada, operários da firma "Parry & Son", etc.

Quando foi lida da tribuna uma carta da viuva do escultor Dias Coelho, Margarida Tengarrinha, assassinado pela PIDE, o plenário de pé, prestou homenagem à memoria daquele heroico combatente da democracia. O numero de mensagens e cartas de solidariedade recebidos do Brasil foi particularmente impressionante. Damos, a seguir, o texto de algumas das mais expressivas endereçadas ao Secretariado da Conferencia.

A SOLIDARIEDADE DA UDP

O documento enviado pela Comissão Executiva da Unidade Democratica Portuguesa é do seguinte teor:

"Nós, portugueses democraticos emigrados no Brasil, acompanhamos com fraternal solidariedade o cortejo das torturas físicas e morais resultantes da prisão, da miséria e da intimidação, triste apatidão da repressão exercida pela ditadura de Salazar.

De fato, como patriotas, o sofrimento do povo português não poderia em caso algum deixar-nos indiferentes. A sua luta é a nossa, uma vez que o motivo que nos levou a emigrar — uns após a prisão outros para fugir à sua iminencia — é o mesmo que conduz cada

dia aos cárceres salazaristas os melhores filhos de Portugal: o combate contra a falta de pão, de terra e de liberdade. Por essa razão, saudamos com grande entusiasmo a ideia da Conferencia dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses. Pelo mesmo motivo, do Brasil, longe de vós e longe da nossa Pátria, vimos exprimir-vos a nossa mais calorosa gratidão e a nossa solidariedade sincera neste dia de abertura da Conferencia.

Fazemos votos para que o vosso trabalho seja o mais proficuo possível, visando especialmente a impedir a aplicação pelos tribunais politicos das medidas ditas de "segurança" que ameaçam hoje de prisão perpetua todos aqueles que lutam pela liberdade em Portugal.

De qualquer maneira, estamos persuadidos de que a Conferencia representará uma preciosa contribuição para reter a mão criminosa dos policiais de Salazar e constituirá um entrave à continuação dos atentados contra os direitos inalienáveis da pessoa humana.

Abaixo a repressão policial em Portugal!  
Viva a reintegração na vida nacional dos presos e exilados politicos portugueses!"

A SAUDAÇÃO  
DO MOVIMENTO BRASILEIRO

Em nome da Comissão Coordenadora Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal, o escritor Sergio Milliet, seu presidente, remeteu ao Secretariado da Conferencia a seguinte mensagem:

"Vem desde há muito a Comissão Coordenadora Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal desenvolvendo intensa atividade no Brasil no sentido de mobilizar a opinião publica nacional em favor dos patriotas encarcerados nas prisões de Franco e Salazar por motivos de natureza politica.

Precisamente por isso, acompanhamos com o maior interesse os trabalhos preparatorios da Conferencia de Paris, que alcançaram entre os democraticos brasileiros uma apreciavel repercussão. E é atentos ao imenso significado mundial da reunião que ora se inaugura que vimos solicitar de V. Exa. se digne transmitir ao plenário da Conferencia a nossa irrestrita solidariedade para com os objetivos humanitarios e democraticos do Conclave. Formulando os nossos mais veementes votos pelo exito da Conferencia e pela consequente libertação das vitimas do terror policial salazarista, apresentamos a V. Exa. os protestos da nossa mais elevada consideração.

a) Sergio Milliet — Presidente."

O AGRADECIMENTO DE  
"PORTUGAL DEMOCRATICO"

Eis o texto da mensagem enviada por PORTUGAL DEMOCRATICO:

PORTUGAL DEMOCRATICO, órgão dos anti-salazaristas portugueses do Brasil, formula os seus mais ardentes votos pelo completo exito da Conferencia dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses. Na convicção de que a denuncia dos crimes do governo fascista de Salazar perante a opinião publica mundial contribuirá de modo decisivo para atenuar ou, inclusive, obter a libertação das centenas de presos politicos encarcerados nos presídios da ditadura portuguesa.

Interpretando o sentimento dos democraticos portugueses de todo o mundo, PORTUGAL DEMOCRATICO agradece comovido o imenso e valioso esforço dos democraticos europeus participantes na Conferencia.

(Continua na pag. 5)

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

# ESTES HOMENS EXIGEM ANISTIA PARA PORTUGAL:

(Continuação da pag. 4)

cia em prol das vítimas do regime que oprime Portugal há 36 anos. Saudações Democráticas. Otavio Martins de Moura — Diretor.

## A SOLIDARIEDADE DA VENEZUELA

A Venezuela foi um dos países que acompanhou com maior interesse os trabalhos preparatórios da Conferência. Daí o grande volume de mensagens recebidas de Caracas. Manifestaram a sua solidariedade para com os objetivos do conclave, entre outras entidades, a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela, a Municipalidade de Caracas, e o grupo "Libertad para España", presidido pelo dr. Eduardo Ortega y Gasset. A Junta Patriótica Portuguesa, um dos organismos de unidade que, na emigração, vem desenvolvendo a mais intensa e profícua atividade, enviou ao plenário a seguinte carta:

"A Junta Patriótica Portuguesa de Caracas, organização de unidade democrática, ao serviço do povo português, deseja expressar ao Comité e aos Congressistas dos países da Europa Ocidental para a Anistia aos presos e exilados políticos portugueses, os mais fraternais votos de agradecimento pela realização desta Conferência.

Há 36 anos que o fascismo se apoderou da nossa pátria e a vem empobrecendo, massacrando, superlotando os cárceres e assassinando os seus mais destacados e abnegados filhos.

Nossos corações se apertam ao receber a curtos espaços notícias de mais prisões, mais torturas, mais crimes.

A história destas ilegalidades cometidas pelo Estado Novo Corporativo, se correm hoje todos os cantos do mundo, são devidas a centenas de anos de sofrimento, de dor, de calvário indiscriminado, suportados por milhares de homens e mulheres. Se estes gritos de dor forem escutados — como esperamos que o sejam, sobretudo pela vossa ação — nossos companheiros, nossos irmãos, serão certamente libertados, arrancados das mãos dos carrascos.

Salazar gozou do beneplácito das democracias chouchas e inviris, que durante mais de 30 anos fingiram ignorar os crimes e atropelos mais repugnantes, perpetrados contra o povo português.

Sobretudo nesta hora de maior angústia, provocada pela guerra colonial imposta pelos ultra-ricos e ultra-reacionários, mais se acentuou a senha repressiva contra os

## MENSAGEM DO GENERAL HUMBERTO DELGADO

"Não tendo sido autorizado a sair do Brasil em circunstâncias que foram largamente divulgadas pela imprensa, o general Humberto Delgado enviou ao Secretariado da Conferência o telegrama que abaixo reproduzimos, traduzido para o português:

"Impedido de me deslocar a França por dificuldades burocráticas insuperáveis, apresento por vosso intermédio os meus mais calorosos votos de êxito para a Conferência, testemunhando simultaneamente a minha total solidariedade para com os seus objetivos humanitários. GENERAL HUMBERTO DELGADO."

lutadores democráticos, jovens, velhos, mulheres. O requinte nas torturas atinge aspectos verdadeiramente impressionantes.

Nós não queremos fazer um drama duma realidade que quase é impossível de narrar. Só queremos gritar a revolta que aflige os nossos espíritos, e pedir justiça, humanidade, solidariedade, de homens para homens.

Salazar é um criminoso comum, inhumano que está fora de toda a possibilidade zoológica de classificação.

Para os portugueses na pátria como para os portugueses na imigração, a esperança de liberdade para nossos presos, repousa nos

vossos generosos corações de homens livres.

Fraternais saudações Pela JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA

a) Dr. Rui de Carvalho, Presidente; Antonio da Silva Pinto, Vice-Presidente; Joaquim Lisboa, Secretário Geral; Antonio Gomes da Silva, Secretário de Organização; Alfredo Mendes, Secretário de Propaganda; Ricardo Domingues, Secretário de Finanças; Fernando Natividade, Vogal; Francisco Manarte, Vogal; Victor Silva, Vogal."

## DOS PORTUGUESES LIVRES DE MARROCOS

O Secretariado da Conferência recebeu de Rabat, a seguinte mensagem:

Os "PORTUGUESES LIVRES DE MARROCOS" saudam calorosamente a "CONFERENCIA DOS PAISES DA EUROPA OCIDENTAL PARA A ANISTIA AOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS PORTUGUESES" e testernham o seu total apoio e fraternais solidariedade convictos de que esta "CONFERENCIA" despertará na

opinião pública mundial, um amplo movimento de simpatia e de interesse pela sorte de todas as vítimas da mais antiga ditadura fascista do mundo. E, ficam esperanças de que a força poderosa da opinião pública mundial, obrigará os carrascos do Povo Português e dos Povos Coloniais sob o seu feroz domínio policial, a conceder uma ANISTIA TOTAL e extensiva às colônias portuguesas. Forçando, assim, o bando fascista de Salazar, a ter de encerrar as "câmaras de tortura e extermínio" da PIDE, a acabar com as "prisões da morte lenta", a terminar com as "penas de prisão perpétua" proferidas pelos Tribunais Plenários, a findar com as perseguições e vexames aviltantes, de que são vítimas todos os patriotas portugueses e os nacionalistas das colônias portuguesas, apenas e unicamente pelo seu humano e justo desejo de LIBERDADE, de DEMOCRACIA, de INDEPENDENCIA.

Rabat, 13 de dezembro de 1962 Pelos "Portugueses Livres de Marrocos":

Tavares da Silva — Santos Dores — Armando Tibúrcio — Augusto Mendonça e Adolfo Ayala.

A mensagem enviada pela Junta Central de Ação Patriótica é do seguinte teor:

"A Junta Central de Ação Patriótica — organismo de unidade que agrupa todas as forças políticas anti-fascistas portuguesas — sauda fraternalmente a Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses. Em nome do Povo Português, escravizado há 36 anos sob o jugo de um terrível regime policial, a Junta Central de Ação Patriótica está-vos reconhecida pelo trabalho realizado para a obtenção de medidas mais humanas para os prisioneiros políticos e uma ampla anistia. A solidariedade internacional das nações democráticas para com o povo português constitui elemento essencial na luta pela sua libertação — elemento tanto mais apreciado quanto o odioso regime fascista de Salazar beneficiava, ainda há pouco, da existência de uma cortina de silêncio que, hipocritamente, ele soubera estabelecer à sua volta. Para isso — e para os importantes resultados já obtidos — a ação humanitária da Conferência representa para os portugueses de todas as correntes políticas e religiosas agrupadas nas Juntas de Ação Patriótica um estímulo de incalculável valor e uma prova do apoio e da solidariedade internacional que reconhecemos com a mais viva gratidão. Recebei, caros amigos, as nossas melhores saudações democráticas e fraternais — A JUNTA CENTRAL DE AÇÃO PATRIÓTICA.

## Dos presos do Forte de Caxias

Damos a seguir o texto de uma das mais emocionantes mensagens enviadas à Conferência: a dos presos do Forte de Caxias.

"Em vós, homens e mulheres do mundo inteiro, homens e mulheres de boa vontade, saudamos irmãos. Para além das grades, vimos todo o mundo do trabalho, da família, da amizade, do qual nos arrancaram porque como vós, nunca fizemos ao apelo por uma fraternidade franca e verdadeira entre os homens. Nosso crime foi o de lutar pela Democracia e pela Liberdade, de amar o nosso Povo. Foi o de nos batermos pela independência de Portugal e pela liberdade das colônias mantidas na escravatura.

Agora que vós ides reunir, alguns entre nós contam já anos de prisão, anos durante os quais conhecemos celas de paredes negras e de três passos de largura. Noites onde a angústia cresce sob os passos dos guardas. Conhecemos horas onde suportamos com impaciência furiosa querendo resistir, não importa como, às provocações, às ameaças, aos pontapés, aos murros com que nos acoçam, às alucinações que terminam dias e dias sem dormir quando a matilha nos envolve e quando tudo é propício para acabar conosco. Conhecemos o grotesco tribunal das sentenças pré-fabricadas com sala de tortura anexa onde é esbofetado o reu que protesta contra as torturas policiais. Conhecemos as celas onde se cumpre a pena, celas feitas para se e mas onde são encerrados 16 durante vinte e três horas e meia, o resto se passa "ao ar livre" e chama-se "recreio", que só nos é facultado quando o tempo o permite. As salas onde tudo se faz dia após dia: nossas necessidades mais elementares, as refeições, o sono, o estudo. Conhecemos o parlatório, nós dum lado, a família

do outro serapados por placas de matéria plástica, de grades, com um corredor ao meio onde circula um guarda que tudo quer ouvir. Recusam-nos os jornais e as revistas estrangeiras ou nacionais. Interditam-nos os livros que a censura governamental previamente censurou. Colocam-nos toda a espécie de obstáculos ao estudo seja por meio de dificuldades, na entrada do material de estudo seja por buscas renovadas onde nos aprendem os livros antes autorizados; os estudos que foram preparados durante meses inteiros são proibidos. Os que caem gravemente doentes, o que acontece frequentemente nos interrogatórios, durante a "estátua", durante os espancamentos, vêem recusadas uma simples radiografia, uma visita ao especialista, a hospitalização.

Um dia chega em que cumprimos a pena. Mas quando isso acontece dizem-nos que apesar disso continuaremos presos como medida de segurança. E as "medidas de segurança" prolongam-se sem duração precisa, entre seis meses e três anos. Acontece também renová-las de três em três anos. Por vezes chega o desânimo... Imediatamente, os que nos vigiam de olho atento acorrem e sussuram-nos: "traí! transforma tua honra em trapos, suja as tuas mãos que ninguém mais quer rá apertar, e talvez obterás a tua liberdade."

Nós não queremos esta liberdade, não renegaremos a fraternidade franca e autêntica pela qual lutamos e que vos reúne neste momento. Em vós, homens e mulheres do mundo inteiro, em vós, homens e mulheres de boa vontade, saudamos a fraternidade.

Setembro de 1962."



VINCENT AURIOL — ex-presidente da República Francesa



TOGLIATTI — Secretário Geral do Partido Comunista Italiano



ILIA EHRENBURG — escritor



PIETRO NENNI — Presidente do Partido Socialista Italiano



LA PIRA — Prefeito de Florença



ALBERTO MORAVIA — escritor



LELIO BASSO — do Partido Socialista Italiano



VITTORIO DE SICA — cineasta

# Mais mensagens enviadas à Conferência

**DAS FAMILIAS DOS PRESOS  
E EXILADOS POLITICOS  
PORTUGUESES**

"Nós, famílias dos presos e exilados políticos portugueses, enviamos à vossa 1.ª Conferência a nossa mais calorosa mensagem de reconhecimento pelo trabalho que empreendedes, esperando que dos vossos esforços surjam os melhores resultados.

Todos os portugueses seguem com ansiedade o vosso trabalho, mas nós o sentimos ainda mais não somente pela razão das circunstâncias em que vivemos mas ainda pela razão do conhecimento direto do que sofrem os nossos familiares nas masmorras da PIDE; sabemos que homens de bem sofreram anos inteiros, privados dos direitos mais elementares, separados dos seus e submetidos à arbitrariedade mais aviltante. Dirijimo-nos à vossa Conferência, certos de que aquilo que nós vos escrevemos será bem acolhido e bem compreendido, certos também que não poupareis esforços para chegar a um fim humanitário, à liberdade de todos os presos políticos portugueses. Emocionados por tudo o que já foi feito, por tudo o que será feito, nós, famílias dos presos e exilados políticos portugueses saudamos a Conferência dos Países da Europa Ocidental para Anistia."

**DE UM GRUPO DE PRESOS  
SUBMETIDOS A MEDIDAS  
DE SEGURANÇA**

"Embora a ferros do fascismo, isolados da vida, da família e do mundo há já vários anos, presos em condições difíceis nas masmorras de Salazar só porque lutamos pela Democracia, pela Paz, pela Liberdade e pela dignificação do nosso martirizado povo, aí vos enviamos as nossas mais calorosas saudações. Estamos certos de que a vossa meritória ação Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos Portugueses representa uma valiosa contribuição para a denúncia dos crimes praticados por esta ditadura sangrenta, vergonhosa sobrevivência na Europa do após guerra do anti-humano nazi-fascismo hitleriano.

Queremos em especial denunciar a nossa situação de presos sujeitos às monstruosas medidas de segurança que são, afinal, a prisão perpétua. Depois de termos cumprido a pena imposta por um tribunal de exceção que se limita a sancionar a vontade da polícia política, digna sucessora da Gestapo, a pretexto de que o preso é "perigoso", a polícia ordena ao tribunal que prorogue sucessivamente as medidas de segurança. É assim que companheiros nossos permanecem indefinidamente na cadeia, apesar de já terem cumprido há muitos anos as respectivas penas. Denunciamos esta monstruosidade: manterem-se os cidadãos presos, não pelo que fizeram mas por aquilo que a PIDE pensa que possam vir a fazer!

Denunciamos aos povos o desumano regime prisional a que estamos sujeitos. Somos forçados a viver catorze, dezesseis e por vezes dezoito homens em salas cuja capacidade, segundo a própria lei, são para cinco. E isto durante anos! Amontoados como gado, por vezes em lúgubres masmorras sem ar, sem luz, e palha a servir de cama, uma alimentação péssima que conduz ao rápido definhamento físico do preso, aos castigos, como o "segredo", corte de visitas, pelo isolamento das nossas famílias, sonegação sistemática da cultura. Assim vivem os presos nas prisões de Salazar.

Denunciamos as bestialidades, espancamentos, a dolorosa tortura da "estátua" que a polícia aplica aos cidadãos. E também nós, — os patriotas que agora elevamos a nossa voz fomos brutalmente torturados: longos interrogatórios, espancamentos a murro, pontapé e casse-tête; longas e longas horas de "estátua" e da tortura do sono que chegaram a atingir oito, dez e doze dias seguidos! Assim são tratados os patriotas nas masmorras de Salazar.

Também as nossas famílias, em virtude da ausência prolongada dos seus entes queridos, se arrastam na dor e na miséria!

Esperamos que a Conferência denunciará aos povos a autêntica situação que nós, os patriotas encar-

cerados e o povo português em geral, suporta sob este odioso regime!

Embora vivendo em condições difíceis, estamos confiantes. Temos a certeza que os homens de boa vontade apoiam a nossa justa causa! Estamos confiantes porque sabemos que o nosso povo varrerá em breve da terra pátria esta peste negra que é o fascismo salazarista."

**DE MARIA MARGARIDA CARMO  
TENGARRINHA, VIUVA DO  
ESCULTOR DIAS COELHO**

Queridos Amigos

A vossa solidariedade, a vossa amizade pelos portugueses que sofrem e lutam contra a tirania fascista de Salazar, sem baixar a cabeça e sem renegarem ao seu ideal fornece ao nosso povo mártir um renovar de esperança, uma coragem renovada.

As fortes barreiras com que Salazar envolve Portugal para abafar as vozes que no mundo inteiro se levantam contra ele, o silêncio da imprensa portuguesa emudecida pela censura, o mutismo total da rádio e da televisão, o expurgo dos jornais e do correio que chegam do estrangeiro, são impotentes para esconder ao povo português a realidade maravilhosa que é a solidariedade que vós nos manifestais.

Nem as paredes levantadas pelo fascismo, nem as prisões podem impedir que as nossas vozes vos cheguem, desde o interior do nosso país como vivos testemunhos da repressão e dos crimes cruéis cometidos pela ditadura de Salazar.

Minha voz é um dentre eles.

Meu marido, José Dias Coelho, foi assassinado pela PIDE. Era escultor e amava a sua arte, mas a sua ética humana o levou a sacrificar temporariamente a sua carreira artística à luta pela instauração das liberdades democráticas em Portugal.

Pelas oito horas da noite, em 19 de dezembro de 1961, foi assassinado friamente com duas balas no peito, na rua dos Lusíadas em Lisboa. Ele saíra ao crepúsculo. Esperei-o dias e dias cheia de angústia. Era Natal. Esperei-o, olhando pela janela as pessoas atarefadas que voltavam para suas casas de braços cheios de pacotes, de presentes, de brinquedos para seus filhos. Ele não voltava.

Não foi senão depois de muito tempo que soube que tinha sido assassinado. E até já o tinham enterrado. Nas ruas da cidade, pelas janelas iluminadas podiam ver-se as famílias reunidas para a festa do Natal. Em quantas destas famílias faltaria um pai, um irmão, um marido, um filho preso nas masmorras de Salazar, fugindo da polícia ou ainda procurando em países longínquos o pão, a liberdade que o fascismo lhe recusou na sua própria terra?

"Deus, Família e Pátria" é o slogan que o carrasco hipócrita do nosso povo declara defender. Mas pelos seus atos, ele nega os princípios mais claros do cristianismo. Vende o seu país ao imperialismo estrangeiro com o servilismo mais repugnante, procurando um apoio para a sua política de exploração, de guerra aos povos coloniais. Assassina, prende, persegue milhares de filhos do nosso povo, aqueles que lhe fazem frente com altivez, desmembra as famílias, separa os companheiros, rouba o pai a seus filhos, faz o que a mim me fez e o que acontece diariamente a centenas de famílias portuguesas.

Dirijo-me a vós, caros amigos, para vos participar o meu testemunho, para que com a vossa condenação dos crimes de Salazar se possa impedir outros crimes.

Há quase um ano que meu marido foi assassinado. Aos protestos do nosso povo, às mensagens do mundo inteiro, às exigências das nossas famílias para que os assassinos sejam julgados e condenados, o governo responde com o silêncio.

Os criminosos da PIDE, Manuel Lavado e Pedro Ferreira identificados no hospital para onde transportaram o corpo do meu marido continuam em liberdade e continuam muito provavelmente a servir na sua odiosa corporação. Aconteceu o mesmo com os assassinos do Dr. Ferreira Soares, de Alfredo Diniz, de José Moreira e

# Carta aberta aos brancos de Angola

Sob o título acima, foi recentemente divulgada uma mensagem assinada por um grupo de angolanos brancos exilados, de que extraímos a seguir os passos mais importantes.

"Europeus, brancos, colonos, filhos de colonos radicados em Angola!

"Um grupo de angolanos exilados dirige-se solenemente a vós. Angolanos da mesma extração, pertencendo à mesma etnia constrangidos pelas circunstâncias a refugiarem-se no estrangeiro a fim de disporem dos meios necessários para a continuação de uma luta que não tem outro objetivo senão a salvaguarda da Paz e a aproximação e coexistência entre as comunidades angolanas, vêm lembrar-vos que chegastes a uma encruzilhada histórica que só pode conduzir, segundo a escolha política que fizerdes, à vossa ruína total ou à garantia definitiva do vosso futuro (...)

"O movimento universal de emancipação dos povos colonizados acelera-se com extrema rapidez e aproxima-se da vitória final. Basta voltarmos-nos para um passado muito recente para adquirirmos uma idéia desta corrida para a independência e do seu desenvolvimento. (...) Perante a modificação radical das estruturas do continente a que pertencem, os brancos de Angola não se aperceberam de nada, mantidos na ignorância total do que se passava e se passa, devido aos cuidados de uma imprensa e rádio servis que, longe de contribuírem para o esclarecimento da população, se dedicaram a minimizar a importância desta evolução extraordinária e a enganar o povo, escondendo-lhe a verdade.

"A explicação é simples. Os trusts portugueses e estrangeiros que dominam a terra de Angola têm uma necessidade imperiosa da caução de todos os brancos europeus ou não, que vivam na colónia e dela tirem a subsistência. (...) A concessão da independência significaria para estes potentados o fim repentino da pilhagem sistemática de Angola que eles praticam ad libitum, pilhagem autorizada por Salazar e da qual participa a maioria dos ministros do governo português, na qualidade de acionistas dos monopólios.

"Que interesse poderíeis vós ter em apoiar a política do governo português e dos monopólios? Tornar-se claro que o povo angolano, que nem sequer as suas próprias questões pode resolver, não retira nenhuma vantagem desta actividade monopolista, cujo lucro é apanhado exclusivo dos trusts portugueses e estrangeiros. (...) Atrás destes monopólios, numerosos países, entre os quais os Estados Unidos, a Grã Bretanha, a França, a Bélgica, a África do Sul e também Portugal, obrigam Angola a comprar-lhes os seus produtos por preços elevados ao mesmo tempo que eles compram os produtos angolanos por preços irrisórios, contribuindo assim para o curto-circuito do mercado exterior angolano, reduzido às dimensões de um mercado privado entre monopólios. Todos sabem, porque os fatos são notórios, que a Diamang, a Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, a Petrangol, a Companhia de Manganês, a Mineira do Lobito, a CADA, a Companhia Agrícola do Cazengo, a Cassequel, a Companhia Geral dos Algodões, a Sociedade Agrícola do Luinha, representam e defendem em Angola os interesses de vários trusts, como Anglo-American Corporation of South Africa, Formière, Union Minière du Katanga, Tanganika Concessions, Cle. Financière Belge des Pétroles, National City Bank of New York, Bethelm Steel Carbide, o banco Rallet e Cia., Barton Mayhew and Co., o Banque Belge d'Afrique... para não citar senão alguns entre os grandes.

"Qual tem sido o carácter da dominação colonial portuguesa em tantos outros portugueses, porque os criminosos da PIDE gozam neste país da impunidade mais completa.

E preciso acabar com esta impunidade.

E preciso que os assassinos da PIDE sejam condenados e que este maldito agrupamento policial seja dissolvido.

E preciso que uma anistia aos presos e exilados políticos permita reunir as famílias separadas pela repressão fascista.

Angola, ou com mais precisão, da opressão fascista de Salazar?

"Cada um de nós o sabe perfeitamente. Recusaram-se às populações africanas os direitos mais elementares. Aos brancos de raiz europeia ou não, impôs-se toda a espécie de restrições ao livre exercício dos seus direitos económicos, sociais e políticos. Perante aqueles que quiserm investir as suas economias em indústrias novas, o governo português reagiu proibindo a constituição dessas novas empresas, com o único objetivo de evitar a concorrência para as firmas e as indústrias já existentes. (...) Diversas indústrias (tecidos, calçados, produtos alimentícios, etc.) tiveram que aguardar por longo tempo, e algumas esperam ainda, a necessária autorização oficial. Quanto à indústria da pesca, que muito tempo vegetou antes de se tornar uma das mais importantes de colónia, é à indiferença total dos dirigentes portugueses que ela deve o seu grande atraso, pois o governo deixou-a sozinha quando se debateram dramaticamente, em face da crise que os afligia, os homens de negócio que por ela eram responsáveis. A exploração agrícola, por sua parte, desenvolveu-se sempre na mais completa desordem sem a menor atenção oficial e obrigada a suportar a tirania das cotações dos produtos coloniais. (...)

"A economia angolana foi sempre, no sentido próprio do termo, do tipo COLONIAL. A obrigação para Angola de conceder a Portugal, por preços inferiores aos praticados no mercado internacional, certos produtos extraídos do solo e a obrigação de depois os comprar de novo, como produtos transformados, às indústrias portuguesas, bastaria para classificar definitivamente Angola entre os territórios ou "possessões ultramarinas" que se devem chamar pelo seu nome, e todos os esforços dispensados pela camarilha salazarista para encontrar definições atraentes para a espécie de exploração aqui desenvolvida jamais poderão disfarçar a brutal realidade colonial. Nós não ignoramos que se os cofres públicos de Angola estão hoje vazios não é por o dinheiro ter sido destinado como seria normal, a obras de desenvolvimento ou a subvenções urgentes ao ensino ou à saúde pública, mas porque Salazar, querendo equilibrar o orçamento de guerra português, subtraiu desonestamente dos nossos cofres a nossa reserva de dólares proveniente da venda do café.

"Por outro lado, os trabalhadores brancos de Angola vivem no pavor quotidiano do desemprego, privados de alojamentos familiares, sem reformas nem seguros sociais, com o constante receio do futuro. A este quadro é ainda necessário acrescentar que o governo português não recebeu tirar aos habitantes de Angola toda a liberdade de discussão, de crítica ou de simples petição. Aqui, como em Portugal, o fascismo salazarista suprimiu as liberdades mais elementares dos cidadãos, temendo, sem dúvida, que os seus crimes e irregularidades acabassem por ser divulgados e recebessem uma justa reprovação. (...)

Posto na alternativa de se calar ou de morrer, o povo africano de Angola escolheu a luta armada. A réplica do governo português foi o desencadeamento de uma guerra sangrenta, responsável já por milhares de mortes de uma parte e da outra. Conduz-nos esta guerra a alguma parte? Em contrapartida, quais serão, sem lugar a dúvidas, as suas funestas consequências?

"Condenada pela sua própria essência como guerra colonial, a guerra de Angola não pode em caso nenhum terminar pelo triunfo das armas portuguesas. A experiência da França e o resultado dos combates encarniçados que ela levou a efeito sucessivamente na Indochina e na Argélia bastariam para nos convencer disso. Devorando os milhões de escudos necessários para que o exército português, com os seus milhares de soldados, se bata contra algumas centenas de guerrilheiros angolanos, a guerra acarretará a ruína económica de Portugal e de Angola. O número como a eficácia desses guerrilheiros, aumenta de dia para dia, conforme por todos nós foi notado, à medida que a luta prossegue, e por tal forma que eles têm agravado seriamente os problemas militares do governo de Salazar (...)

"No fim das contas, o prosseguimento da guerra, alimentando as paixões raciais, cava um fosso cada vez mais profundo entre as duas comunidades, tornando mais difícil, senão mesmo impossível, qualquer colaboração no futuro, quando chegar o momento em que homens, de qualquer modo mais esclarecidos e realistas do que o fanático e desesperado Salazar, declaram não se opor à formação do Estado Angolano. (...)

"A emancipação de Angola far-se-á para o proveito de todos, pois é necessária a todos. A libertação de Angola libertar-nos-á a todos. Livre, o povo angolano disporá de leis e de impostos que, entre as mãos de Salazar, só servem para nos subjugar. Africanos como europeus fixados neste solo, todos os trabalhadores assistirão à sua dignificação e à elevação dos seus meios de existência; e aqueles que possuem capitais (liberados das restrições arbitrárias impostas a cada uma das suas iniciativas pela política de recessão praticada atualmente pelo governo português, com os seus propósitos de guerra) poderão consagrar-se à valorização racional de Angola, renovando os seus empreendimentos e ajudando à elevação do nível geral de vida, visto que, terão em vista uma repartição mais justa das riquezas entre todos os habitantes de Angola.

"Branco de Angola! A oposição mascarada ou violenta ao nacionalismo angolano é um ato de suicídio. Abaixo a política de repressão salazarista! Vós não podeis, em nenhum caso, caucionar por mais tempo uma política de cegueira, que conduz à vossa destruição. A edificação do futuro, do vosso futuro e do dos vossos filhos, depende essencialmente da vossa atitude atual e exige a vossa contribuição espontânea para o estabelecimento das bases de uma Angola independente e libertada do fascismo de Salazar.

"Branco de Angola! Dizei NÃO ao suicídio e SIM ao futuro! Em consequência, concedei toda a vossa atenção ao nacionalismo angolano e à sua luta pela emancipação e segui o exemplo de tantos outros da vossa comunidade que apoiam já a libertação de Angola, ajudando-a a fazer-se.

"Branco de Angola! Preparai desde hoje o vosso futuro e o futuro de Angola Livre, tomando imediatamente uma parte ativa, como é vosso dever, na libertação rápida e definitiva de Angola."

Assinam esta CARTA ABERTA os srs. Sócrates Daskalos (professor), Adolfo Maria (engenheiro agrônomo), Carlos Morais (gerente comercial), João Mendes (topógrafo), Ernesto Lara F. (jornalista) e Arthur Pestana (estudante).

# O Presidente do MPLA escreve a Delgado

O Dr. Agostinho Neto, recentemente eleito presidente do M.P.L.A., dirigiu ao General Humberto Delgado a seguinte carta:

Excelência:

Recebi há poucos dias, com imenso prazer, a honrosa carta de V. Exa., datada de 25 de setembro do ano corrente e endereçada para Marrocos.

O nome de V. Exa., que aprendi a admirar ainda em Portugal, durante as inesquecíveis jornadas de luta pela democracia em 1958 e nos anos seguintes, é incontestavelmente uma garantia, não só para o povo português, como para nós próprios. O reconhecimento do nosso direito à autodeterminação permite que neste momento possamos considerar os portugueses opositores como os aliados na guerra contra o governo fascista de Salazar.

Agradecendo as saudações enviadas através da carta de V. Exa., permito-me endereçar cordiais cumprimentos, e colocar-me inteiramente à sua disposição.

Sinceramente  
a) Agostinho Neto

ULTIMA HORA:

# Formada a Frente Patriótica de Libertação Nacional

Representantes de forças da Oposição anti-fascista portuguesa reunidos algures na Europa, de 19 a 21 de Dezembro de 1962, para procederem a uma análise da situação política nacional e das incidências da conjuntura internacional nas perspectivas e desenvolvimento da luta anti-fascista unitária, estudaram meios de acção adequados a uma melhor estruturação da luta contra o governo fascista de Salazar e confirmaram a decisão inabalável de conduzir o povo português ao levantamento nacional popular.

Reafirmam o propósito de se manterem unidos, hoje numa larga Frente Patriótica de Libertação Nacional para varrerem o fascismo da terra portuguesa, amanhã para a construção de uma ordem democrática que os representantes do povo, livremente eleitos, estabelecerão numa futura Assembléa Constituinte.

Verificadas no decurso da Conferência deficiências da organização unitária, os participantes aprovaram medidas tendentes a melhorar as condições de trabalho político, de organização e de eficiência da Junta Patriótica Central, das Juntas intermédias e de base.

Os participantes na Conferência debateram largamente, numa franca troca de opiniões, os problemas mais instantes que às forças anti-fascistas cumpre enfrentar e resolver, principalmente no sentido do reforço da organização unitária do interior, e decidiram estreitar, numa colaboração efectiva, uma unidade fraternal de combate que conduza à intensificação da luta sob a direcção da Junta Patriótica Central, organismo supremo, para o interior e para o Exterior, da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Os participantes na Conferência tiveram em conta o desenvolvimento da luta interna e as novas formas que assume. Manifestaram a sua confiança numa vitória breve que as grandes lutas da classe operária e dos camponeses, as acções dos militares, dos intelectuais e da juventude das escolas que luta valentemente por Associações livres numa universidade autónoma, permitem antever. Mas verificaram igualmente que o terror fascista adquire aspectos de brutal violência, que cresce o número e o ritmo das prisões, que são mais graves as condenações, e é mais frequente a aplicação da prisão perpétua a pretexto de "medidas de segurança". É, mesmo, coincidindo com uma campanha pela libertação dos presos políticos portugueses, que culminou com a "Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia dos Presos e Exilados Políticos Portugueses", realizada em Paris, que o governo fascista de Salazar desafia a opinião pública mundial, reabrindo o Campo de Concentração do Tarrafal, no Arquipélago de Cabo Verde.

Esta arrogância fascista e a brutalidade da repressão abatem-se com particular violência sobre a classe operária e os camponeses, sobre as classes médias, os intelectuais progressistas e a juventude.

Os participantes na Conferência, de comum acordo, reconheceram que o Povo Português, na luta contra o governo fascista de Salazar, tem como objetivo fundamental o estabelecimento em Portugal de um regime de Democracia política, económica e social, que garanta as liberdades públicas e defenda a Nação das forças reacionárias que dominam a vida nacional na ordem política e económica. Os participantes na Conferência reconheceram que é interesse urgente do povo português conquistar a paz para ele próprio e não a negar aos povos coloniais que o atual governo fascista persegue, escraviza e combate, garantindo, em condições a negociar, as relações de fraternidade futura, e, pelo exercício do direito de autodeterminação, o acesso dos povos das colónias portuguesas à livre escolha do seu destino nacional e à independência.

O Povo Português, na luta contra o governo fascista de Salazar, dá a sua contribuição à luta geral contra o fascismo, as ambições imperialistas, o colonialismo e a ameaça de guerra.

Os participantes na Conferência entenderam que se deve insistir na declaração solene de não conside-

rar a Nação vinculada aos compromissos políticos e às servidões económicas contraídas pelo governo fascista, e sublinham que os governos das outras Nações estão já suficientemente esclarecidos sobre a não-representatividade da camarilha fascista, policial, terrorista, que detém em Portugal o poder.

Os participantes na Conferência assentaram, de comum acordo, num certo número de conclusões, recomendações e decisões, quer de carácter político, quer destinadas a reforçar a organização anti-fascista unitária.

Foi igualmente decidido instalar no exterior uma Comissão Delegada da Junta Patriótica Central, organismo representativo e de apoio à frente interna cuja composição e localização definitivas serão oportunamente anunciadas.

Os participantes na Conferência dirigem a todas as forças e setores da Oposição anti-fascista, aos Portugueses que empunham a bandeira da Frente Patriótica de Libertação Nacional e igualmente a todos os portugueses que ainda não se decidiram a combater o re-

## COMUNICADO DA CONFERENCIA DAS FORÇAS ANTI-FASCISTAS PORTUGUESAS REALIZADA ALGURES NA EUROPA

gime fascista, aos homens honrados, aos desiludidos do regime, o mais sincero apelo: é necessário salvar Portugal de uma catástrofe irremediável, é necessário expulsar do poder um governo que arrasta o País para uma completa ruína e o isolamento e o desprestígio internacionais.

Dirigem-se ao Povo e aos patriotas das Forças Armadas e chamamos ao cumprimento do dever sagrado: Libertar Portugal!

Por si, e em nome das forças e setores que representam, os participantes na Conferência assumem, perante o Povo Português, o compromisso de tudo fazerem pela continuidade e coesão da unidade combativa da Frente Patriótica de Libertação Nacional na luta pela libertação de Portugal pela paz em Angola pela construção de uma ordem democrática.

## Diplomatas Contra Salazar

Ocupamo-nos, no nosso n.º de outubro p.p., da atitude anti-salazarista marcada pelo ex-consul português em Boston (E.U.), dr. Barbosa de Carvalho. E declaramos ter sido este o único caso de rompimento público de um diplomata português com o salazarismo, além do do dr. José Pedroso de Lima.

Escreve-nos agora o sr. Antonio M. Dias, de New York, nosso leitor e correligionário, chamando-nos

a atenção para o fato de outros dois diplomatas, pelo menos, conforme seu conhecimento terem publicamente repudiado o salazarismo: o dr. Aristides Mendes, antigo consul em Bordéus (França) e o dr. Abílio de Oliveira Aguiar, ex-consul em Providence (E.U.).

Retificamos, pois, de acordo com a informação do nosso missivista, o passo impugnado na nossa nota anterior.



"ANGOLA ATRAVÉS DOS TEXTOS" — A Editora Felman-Rêgo lançou, no ultimo dia 14, na sede da União Brasileira dos Escritores, o livro "ANGOLA ATRAVÉS DOS TEXTOS" (V. texto alusivo noutro local desta edição). O coquetel de lançamento serviu para reunir inúmeros intelectuais brasileiros e portugueses. Encontravam-se presentes, entre outras personalidades, a escritora Helena Silveira (presidente da UBE), a poetisa Lupe Cotrim, os escritores Rolando Roque da Silva e Marcos Rey, o ensaísta Livio Xavier, o prof. Toledo Machado, o jornalista Luis Salinas, o comandante Sarmento Pimentel, o dr. Manuel Seratório, o eng. Tito de Moraes, o jornalista Miguel Urbano Rodrigues, o dr. Pedroso de Lima, os editores Victor da Cunha Rêgo e J.M. Tito de Moraes etc... No clichê, Helena Silveira, Victor da Cunha Rêgo e Miguel Urbano Rodrigues

## Apoio financeiro á Conferência

Conforme os nossos leitores verificarão pela reportagem que publicamos neste numero, a Conferência de Paris alcançou um êxito que excedeu todas as previsões, mesmo as mais otimistas. Maior é, portanto, a responsabilidade de todos os democratas portugueses espalhados pelo mundo no que concerne á ajuda a prestar ao desenvolvimento da campanha em prol da Anistia. Porque — é bom ter esse fato bem presente — o trabalho dos Comitês Nacionais não se encerrou com a realização do conclave. Vai, pelo contrário, sofrer novo impulso com a criação de novos Comitês. Lembra-mos, assim, a todos os que têm correspondido aos nosos apelos, a necessidade premente que há de se dar continuidade, no Brasil, como em outros países, á campanha de ajuda financeira aos que lutam pela Anistia. Brevemente será realizada em Paris a anunciada exposição de quadros de pintores do Brasil. O certo é, que fôra adiado a pedido do Comité Francês, proporcionar fundos que se destinam a custear parte das despesas realizadas com a Conferência, conforme compromisso assumido por aquele Comité. Para fazer chegar os quadros o mais breve possível a Paris, a Comissão da Anistia da Unidade Democrática Portuguesa necessita, com urgência, de recolher entre os democratas portugueses a quantia necessária para cobrir as elevadas despesas do transporte e embalagem dos quadros. Recordar-se que do total recolhido até agora no Brasil para a Conferência, foi enviado ao Secretariado Internacional da mesma a quantia de Cr\$ 1.047.500,00.

### Mapa demonstrativo do movimento financeiro de ajuda á Conferência

ENTRADAS		SAÍDAS	
	Cr\$		Cr\$
Transporte do n.º anterior	1.194.684,00	Transporte do n.º anterior	1.190.864,00
<b>NOVOS DONATIVOS:</b>		Correspondência e telegramas, conf.	7.189,60
Fernando Correia da Silva	5.000,00	Doc. n.º 18, anexo	1.198.053,60
Bernardino Valente	2.000,00	Saldo em Caixa	34.140,40
Venda de flamulas alusivas á Conf. de Paris — M. Archer	1.000,00	<b>TOTAL saído</b>	<b>1.198.053,60</b>
Idem, Idem — Com. S. Paulo	200,00		
A. Rodrigues (\$1,00 ao câmbio)	860,00		
Carlos Neves	25.000,00		
A. — Comissão Curitiba	500,00		
Venda de flamulas alusivas á Conf. Paris — J. P. Gomes	1.900,00		
Antonio Pereira	100,00		
João Mendes	350,00		
Manoel Soares	100,00		
Mercês — Com. do Rio	500,00		
<b>TOTAL recebido</b>	<b>1.232.194,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.232.194,00</b>

São Paulo, 8 de janeiro de 1963  
Pela Comissão Executiva e Comissão para a Anistia da U.D.P.  
Augusto Aragão — João Tito Moraes, Joaquim Quitério, Helder Costa, Lenine Alexandre, Antonio Fonseca, Miguel Urbano Rodrigues

Tesoureiro da Comissão  
ALEXANDRE PEREIRA

## Natal do preso político

Continuam a chegar á nossa redação donativos destinados ao "Natal do Preso Político". Damos a seguir a relação dos últimos recebidos:

Transporte do n.º anterior	43.500,00
Jaime Augusto Gonçalves	500,00
Helder Costa	500,00
Fernando Costa	500,00
Jacinto Rodrigues da Silva	1.000,00
"Jardim Primavera — A. Machado e Amigos"	3.900,00
Um patriota — por int. M. U. R.	26.000,00
José Valverde	500,00
Augusto Aragão	1.000,00
João Tito de Moraes	500,00
A transportar	77.900,00

## PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Seratório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura.

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Praça 11 de Junho, 356 — Telefone: 43-5110

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Av. Dantas Barreto, 564 - 9.º sala 908

CURITIBA — A. Ferrer — Rua João Pessoa - 67

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge Av. Visconde de Caupe, 2.853 Fortaleza — Ceará

CAXIAS: Manuel da Costa (Maneca) — Caixa Postal, 114 — Caxias (Estado do Rio)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 312 — Pelotas Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires

URUGUAI — Agrupação de Portugueses Democratas — Colônia 1.013 — P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha —

UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
Número avulso: Cr\$ 20,00  
Assinatura anual: Cr\$ 600,00  
Ass. p/ o Exterior: US \$ 5,00 porte aéreo

Ano VIII - N.º 68 - Jan. 1963

Os artigos assinados raduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

# Resolução da Comissão dos Comitês Nacionais

Sob proposta da Comissão dos Animadores dos Comitês Nacionais, a Conferência de Paris aprovou a seguinte Resolução:

"Os participantes da Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, registram os primeiros benefícios da campanha e o bem fundado da sua razão de ser.

Um dos objetivos da Conferência, que era o derrubamento do muro de silêncio, que pesava sobre a situação política em Portugal, está em vias de ser atingido.

Os primeiros resultados obtidos engendram outros e, assim, os participantes decidem prosseguir na sua ação. Esta propõe-se:

- 1 — Levar ao conhecimento da opinião pública internacional os resultados e decisões da Conferência, por intermédio da Imprensa, do Rádio, de assembleias públicas e de edições de folhetos e boletins.
- 2 — Organizar, após a Conferência, delegações representativas e exercer pressões junto das embaixadas portuguesas nos países respectivos.
- 3 — Dirigir-se às várias organizações internacionais oficiais, sustentando as posições tomadas por algumas delas e solicitando novas tomadas de posição. Dirigir-se aos Parla-

mentos dos respectivos países.



GEN. HUMBERTO DELGADO

- 4 — Preparar brevemente uma delegação composta de representantes dos vários países interessados, a fim de levar ao co-

nhecimento das autoridades portuguesas a exigência da Conferência.

- 5 — Esperar que, de cada país, partam delegações de juristas, jornalistas e representantes de diversas organizações, a fim de obter melhores informações sobre a situação e de melhor informar a opinião pública do respectivo país.
- 6 — Criar comitês nacionais nos países onde ainda não existem.
- 7 — Cada Comitê Nacional tomará as iniciativas que julgar úteis,

a fim de ir ao encontro das preocupações expressas na Conferência e segundo as decisões que cada Comitê Nacional poderá ser levado a tomar. Um Comitê de coordenação internacional, composto de representantes dos comitês nacionais, reunir-se-á a pedido de um comitê nacional sempre que a situação o exija, a fim de realizar todas as iniciativas comuns que cada comitê nacional julgar necessário tomar.

## Apelo à opinião pública Mundial

O Apelo endereçado à opinião pública mundial pela Conferência, a que se alude na reportagem do conclave, é do seguinte teor:

"Homens e mulheres de opiniões diversas e representantes de movimentos e nacionalidades diferentes dos países da Europa Ocidental, mas animados de uma mesma preocupação humanitária, nós nos reunimos nos dias 15 e 16 de dezembro de 1962 em Paris, no Palácio da Defesa, de Puteaux, para lançar um grito de alarme sobre o agravamento da repressão em Portugal e contribuir para a anistia, a libertação dos prisioneiros e o regresso dos exilados políticos portugueses.

Há 36 anos que milhares de portugueses e portuguesas de todas as creanças conheceram e conhecem a prisão, a tortura e, por vezes, a morte, pelo único fato de se oporem ao regime fascista português ou de exercerem simplesmente os seus direitos de homens e de cidadãos.

De maneira contínua, há tantos anos, homens e mulheres são presos e encarcerados diariamente. Tribunais de exceção (os Plenários), que punem até as intenções presumíveis sob simples parecer da Polícia, condenam em série operários, camponeses, estudantes, intelectuais. Medidas ditas de "segurança" permitem que sejam conservados indefinidamente em regime de prisão após expirada a pena, pois são entregues à arbitrariedade da Polícia Política (PIDE) que transforma assim, a seu bel prazer, uma pena de prisão limitada em condenação perpétua.

As condições de detenção são particularmente duras. Ao isolamento dos prisioneiros acrescem as repressões e as punições constantes. O campo de concentração do Tarrafal (Arquipélago de Cabo Verde) que fôra fechado sob pressão da opinião pública internacional, foi agora, novamente reaberto.

Uma repressão sangrenta abate-se sobre as colônias portuguesas e nomeadamente sobre Angola, Moçambique e a Guiné. Deve-se assinalar a esse respeito que a Comissão de Tutela da ONU adotou, a 11 de dezembro de 1962, uma resolução convidando os Estados membros a suspender e impedir as entregas a Portugal de armas utilizadas numa guerra de opressão nacional. Além disso, a Assembleia Geral da ONU, ela própria, na sua sessão de 15 de Dezembro, convidou o Governo Português a permitir às populações das colônias que se autodeterminem. Apelamos aos Governos dos Países da Europa Ocidental para que se conformem com essa decisão da ONU, intervindo imediatamente junto do Governo Português.

As autoridades responsáveis por



PROF. RUY LUIZ GOMES

esses fatos entram em contradição com a ética cristã que elas invocam, e com a Carta da ONU e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinadas por Portugal. Solicitamos aos governos dos nossos países que denunciem perante a ONU as violações da Carta por parte de Portugal, de modo a que a Assembleia obtenha doravante do governo português o respeito dos princípios da Carta.

A realização de uma Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses e a campanha de opinião que a precedeu e preparou contribuíram para denunciar o estado de coisas em questão e ajudarão a pôr-lhe um paradeiro. As vésperas do Natal, no momento em que as famílias se preparam para celebrar a alegria do lar e da



DR. ALVARO CUNHAL

fraternidade humana, dirigimo-nos às mulheres e homens de boa vontade, às organizações e instituições humanitárias, religiosas, políticas, sindicais, culturais, e aos Parlamentos, a fim de que o sentimento de reprobção assumida a forma de um irresistível movimento capaz de impôr às autoridades portuguesas uma anistia geral.

A Conferência da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses chama a opinião pública a reforçar a ação empreendida por petições, delegações e artigos na imprensa, com o objetivo de restituir às respectivas famílias os presos e exilados políticos e de fazer triunfar os princípios dos Direitos do Homem.

## Mensagem aos presos políticos

É do seguinte teor a mensagem dirigida pela Conferência aos Presos Políticos Portugueses:

"Queridos amigos, A nossa Conferência, que todos vós aguardáveis, sabemo-lo, com enorme interesse, alcançou um grande êxito. Participaram dela delegações da Inglaterra, da Itália, da Bélgica, da Suíça, da Holanda, e da França, bem como numerosas personalidades de outros países, nomeadamente da Espanha e da Grécia. Deram a sua adesão à campanha e emprestaram a sua colaboração à Conferência grandes nomes das Letras, das Artes e das Ciências da Europa Ocidental. As grandes centrais sindicais operárias da França, da Itália e da Inglaterra enviaram delegações ou representantes à Conferência, assim como as uniões de estudantes e os sindicatos de professores da França e da Itália. Parlamentares em evidência, de

diversos países, e outras personalidades políticas associaram-se aos nossos trabalhos, bem como personalidades do mundo religioso.

Durante os dois dias da nossa Conferência, os nossos pensamentos, mais do que nunca, estiveram convosco, homens e mulheres sedentos de liberdade e de justiça que sofreis nos cárceres fascistas, quantas vezes há muitos anos, as torturas físicas ou morais, as privações e as humilhações.

Durante dois dias foram trazidas a público as informações e os testemunhos mais impressionantes sobre a sorte inhumana que o fascismo de Salazar reserva às suas vítimas.

Conhecemos e denunciámos ao mundo civilizado as atrocidades infligidas, cada dia, a patriotas portugueses na sede da PIDE e nas salas de tortura das sinistras prisões do Aljube, de Caxias e de Peniche.

Sabemos bem que paródia de justiça constituem as audiências dos tribunais plenários, durante as quais só os vossos carrascos têm o direito à palavra. Estamos cientes do que significam as medidas ditas de segurança, cuja aplicação renovada equivale, para aqueles que não aceitam a idéia de se negarem, à prisão perpétua.

Foi com a maior emoção que tomamos conhecimento das mensagens e dos apelos que, pelo preço de mil perigos, conseguistes — alguns — fazer chegar à nossa Conferência.

As vossas vozes não deixaram de ser ouvidas, podeis estar certos.

A campanha que nos países da Europa Ocidental precedeu e preparou a realização da nossa Conferência permitiu-nos alertar e abalar a opinião pública. Os primeiros resultados, como sabeis, já vieram encorajar a nossa ação.

Confiai, queridos amigos, que, após se separarem e voltarem aos seus respectivos países, os participantes da Conferência prosseguirão na sua ação de solidariedade em favor das vossas famílias e de vós mesmos, amplia-la-ão, e reforçarão a sua vigilância a fim de preservar as vossas vidas, ameaçadas a cada instante. Organizarão e desenvolverão em seus países a pressão da opinião pública sobre o governo português, para lhe imporem, finalmente, a anistia plena que vos restituirá às vossas famílias distantes, à liberdade, ao vosso trabalho e ao vosso País.

Hoje, tendo chegado ao termo dos seus trabalhos, a Conferência, antes de se separar, faz questão de vos endereçar, por cima das paredes e dos gradeamentos das vossas prisões, esta mensagem de solidariedade e de amizade atuentes. Aguentai firmes, queridos amigos portugueses!

Pela sua coragem e nobreza, o vosso povo impõe-se à admiração de todos os homens livres do mundo. Ele saberá libertar-se das cadeias da ditadura fascista!

Pelo que se nos refere, manteremos o nosso compromisso de fazer tudo para atingirmos o objetivo que se propõe a nossa Conferência: a vossa rápida libertação e, para os vossos irmãos exilados, o regresso à pátria o mais breve possível.

Paris, 16 de Dezembro de 1962.

Ultima Hora:

COMUNICADO DA  
CONFERENCIA DAS  
FORÇAS  
ANTI-FASCISTAS  
PORTUGUESAS

VER PAGINA 7

PORTUGAL, DEMOCRÁTICO  
Com. Furtado, 101, C.P. 4469 — SP. Brasil  
Endereços de Assinantes

## O caráter, os objetivos e o significado do conclave

O relatório de abertura da Conferência foi apresentado pelo embaixador italiano Emilio Lo Pane, em nome do Secretariado Internacional. Nesse trabalho, refere-se a atividade desenvolvida pelos diferentes comitês nacionais na preparação do conclave e define-se o caráter e a finalidade do mesmo.

O relator principia por salientar que a ideia nasceu da realização das Conferências de Anistia, efetuadas na América Latina, em São Paulo e Montevideo, respectivamente em 1960 e 1961. O objetivo da iniciativa dos democratas latino-americanos, que era o de chamar a atenção das respectivas opiniões públicas para as condições trágicas dos povos ibéricos foi, ao tempo, plenamente atingido. Históricamente, o Dr. Lo Pane o imenso e profícuo trabalho realizado pelo Secretariado Internacional e pelos Comitês Nacionais — criados para o efeito da Conferência Europeia — no sentido de atingir alguns dos objetivos do conclave antes mesmo da sua realização. Entre as iniciativas tomadas, citou particularmente o envio de uma missão de observadores a Portugal, de 17 a 24 de Junho. Os delegados — srs. Woiters, De Angelis, Daniel Vidal, Jean Lannes e sra. Ward — estudaram os problemas de ordem jurídica e humana que amadureceram em Portugal pela repressão política. Posteriormente, aos processos contra o dr. Afrânio Vicente, Otávio Pato e sua companheira, Albina Fernandes, e contra os 12 elementos acusados de pertencermem à Junta de Ação Patriótica do Porto assistiram, também como observadores, os advogados Henri Leclerc, da Associação Internacional dos Juristas Democráticos; Marcel Slusny, membro da Liga Belga dos Direitos do Homem; Duceux, Roland Weyl e o próprio relator, Emilio Lo Pane.

Para tornar mais evidente a imensa repercussão que teve na Europa a campanha em prol da Conferência, salienta o autor do trabalho que só o Comitê Nacional Francês recebeu a adesão e o apoio de 7.330 personalidades, entre as quais figuram 583 professores, 79 autores teatrais, 54 escritores, 102 políticos de tendências as mais variadas, 5 membros da Igreja, 52 jornalistas, 34 pintores, 46 médicos, 28 funcionários, 36 advogados, 223 sindicatos com os respectivos dirigentes, 19 municipalidades, etc.

Depois de se ocupar do trabalho realizado nesse sentido nos vários países da Europa Ocidental, o dr. Lo Pane alude a alguns dos grandes atos públicos de solidariedade aos presos políticos portugueses promovidos em Itália.

A segunda parte do Relatório é consagrada à natureza e aos objetivos da Conferência. Sublinhando que a finalidade da iniciativa era

de ordem essencialmente humanitária, lembra que, para além das opções ideológicas, todo o Estado, qualquer que seja o seu tipo de organização, deve garantir aos respectivos cidadãos que vivam a sua própria vida livremente. E, porém, o que não acontece em Portugal, onde esse postulado da civilização moderna, objetivo permanente da Democracia, não é respeitado na sua significação ética e política. Prosseguindo, descreve o relator o clima de terror policial implantado em Portugal pelo fascismo, acentuando a importância das lutas pela Anistia.

"Mesmo sabendo muito bem — afirma — que o recurso sistemático à tortura e à prisão é a lógica do sistema que governa Portugal, podemos, entretanto, declarar, sem hipocrisia que a ação empreendida pela atual campanha em prol da Anistia poderá dar resultados positivos se a opinião pública internacional reagir imediatamente para condenar os desumanos métodos e sistemas empregados pelo regime do dr. Salazar.

Referindo, mais adiante as dificuldades inerentes à luta travada pelo povo de Portugal, declara: "Não devemos esquecer que o regime possui uma polícia política de primeira ordem, a PIDE, fundada sobre bases científicas pelo famoso Kramer da Gestapo Alemã e cujos dirigentes foram exterminadores profissionais sob o regime hitleriano."

Na parte final, o relator condena as barbaridades e atrocidades cometidas pelo fascismo português contra os povos coloniais no intuito de deter o seu movimento para a independência. "Um regime que assassina em pouco tempo 50.000 angolanos — diz — que destrói completamente centenas de povoações indígenas com bombas de napalm, que cria campos de concentração onde centenas de mulheres e crianças são violadas e onde os prisioneiros são fechados sob ameaça e atirados de bordo de aviões em vôo para o solo, um regime que faz coisas dessas não pode ser não usar dos mesmos métodos e dos mesmos meios no interior do seu próprio território."

E, ao concluir, afirma o dr. Emilio Lo Pane: "O regime do dr. Salazar caminha para o mais completo isolamento e é esse um motivo para que obtenhamos dos governos dos nossos respectivos países apoio para a campanha para a Anistia aos prisioneiros. Assim, desejamos que os delegados que participam desta Conferência explorem favoravelmente a atual situação, comprometendo-se a encontrar os meios e os instrumentos mais capazes de contribuir para isolar o regime de Salazar, tanto no plano moral como no plano político, de modo a transformar a Anistia numa realidade."